



MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, maio/2001

MINISTRO DA FAZENDA

Pedro Sampaio Malan

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Amaury Guilherme Bier

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL

Fabio de Oliveira Barbosa

SECRETÁRIOS-ADJUNTOS

Almério Cançado de Amorim

Eduardo Refinetti Guardia

Renato Villela

Rubens Sardenberg

COORDENAÇÃO-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Ana Teresa Holanda de Albuquerque

EQUIPE

Alex Pereira Benício

Cleber Ubiratan de Oliveira

Daniel Silva Balaban

José Cordeiro Neto

Lindemberg de Lima Bezerra

O RESULTADO DO TESOURO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:

(61) 412-3970/3971

Informações:

Tel: (61) 412-2203

Fax: (61) 412-1700

Correio Eletrônico: stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda
Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2º andar
70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

ISSN 1519-2970

Referência bibliográfica

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. **Resultado do Tesouro Nacional**, Brasília, vol. 7 – nº 5, maio de 2001. Mensal. Gratuita.

Resultado do Tesouro Nacional. 1/Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, Brasília: STN, maio, 2001, vol. 7, nº 5.

Título varia: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional
ISSN 1519-2970

1.Execução financeira 2. Operação de crédito 3. Financiamento 4. Dívida mobiliária interna
I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional II. Título

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

O Governo Central registrou superávit primário de R\$ 3,5 bilhões no mês de maio. O Tesouro Nacional contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R\$ 4,4 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central foram deficitários em R\$ 879,7 milhões e R\$ 57,0 milhões, respectivamente. Com o resultado observado, o superávit registrado no ano atingiu R\$ 16,9 bilhões, equivalente a 3,52% do PIB estimado para o período de janeiro a maio deste ano.

O Governo Central registrou superávit primário de R\$ 3,5 bilhões em maio de 2001. O superávit acumulado no ano equivale a 3,52% do PIB.

**TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL
BRASIL, 2000-2001**

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Milhões			
	Abr 2001	Mai 2001	Jan-Mai 2000 2001	
I. RECEITA TOTAL	24.666,2	23.404,5	94.310,2	110.878,3
I.1. Receitas do Tesouro	19.883,8	18.486,0	73.406,2	87.130,8
I.1.1 Receita Bruta	20.079,7	18.607,3	75.073,3	88.445,2
I.1.2. (-) Restituições	-132,4	-104,1	-1.202,2	-1.095,4
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	-63,5	-17,1	-464,9	-219,0
I.2. Receitas da Previdência Social	4.782,3	4.918,4	20.903,9	23.747,5
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	3.632,5	4.305,2	16.803,4	19.435,3
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	21.033,6	19.099,3	77.506,8	91.443,0
IV. DESPESA TOTAL	14.346,2	15.553,5	63.389,4	74.291,2
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	4.862,6	4.751,4	22.142,4	25.259,7
IV.2. Benefícios Previdenciários	5.464,8	5.798,1	23.930,0	27.272,7
IV.3. Custeio e Capital	4.018,8	5.004,1	17.317,0	21.758,8
IV.3.1. Despesas do FAT	312,2	637,2	2.247,9	2.301,3
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	205,1	356,2	774,3	1.443,5
IV.3.3. Outras Despesas	3.501,5	4.010,8	14.294,8	18.014,0
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO FEDERAL (III - IV)	6.687,4	3.545,8	14.117,4	17.151,8
V.1. Tesouro Nacional	7.369,8	4.425,4	17.143,4	20.677,0
V.2. Previdência Social (RGPS) (1)	-682,4	-879,7	-3.026,0	-3.525,2
VI. RESULTADO PRIMÁRIO BANCO CENTRAL (2)	-76,5	-57,0	-279,5	-280,6
VII. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (V + VI)	6.610,9	3.488,7	13.837,9	16.871,2
VIII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			3,27%	3,52%

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração.

(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários

(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL Jan-Mai (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Receita Total	22,3%	23,1%
Transferências	4,0%	4,1%
Receita Líquida	18,3%	19,1%
Despesa Total	15,0%	15,5%
Resultado Primário	3,3%	3,5%

O resultado acumulado do Governo Central aumentou 0,2 ponto percentual do PIB em relação ao desempenho dos primeiros cinco meses de 2000. Essa melhora está associada, principalmente, à elevação de receitas do Tesouro, notadamente as decorrentes de concessões de serviços de telefonia e de dividendos pagos à União que passaram, no conjunto, de 0,6% do PIB, de janeiro a maio daquele ano, para 1,2% do PIB, em idêntico período de 2001. Os impostos e contribuições mantiveram sua participação percentual inalterada em 8,2% e 7,7% do PIB, respectivamente, em que pese o ingresso expressivo de receitas atípicas nos primeiros meses de 2000.

PRINCIPAIS VARIAÇÕES Acumulado: mai2001/mai2000	
Receitas	17,6%
Tesouro	18,7%
Previdência	13,6%
Transferências	15,7%
Receita Líquida	18,0%
Despesas	17,2%
Benefícios	14,0%
Pessoal	14,1%
Custeio e Capital	25,6%

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL Jan-Mai (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Tesouro Nacional	4,0%	4,3%
Previdência Social	-0,7%	-0,7%
Banco Central	-0,1%	-0,1%
Governo Central	3,3%	3,5%

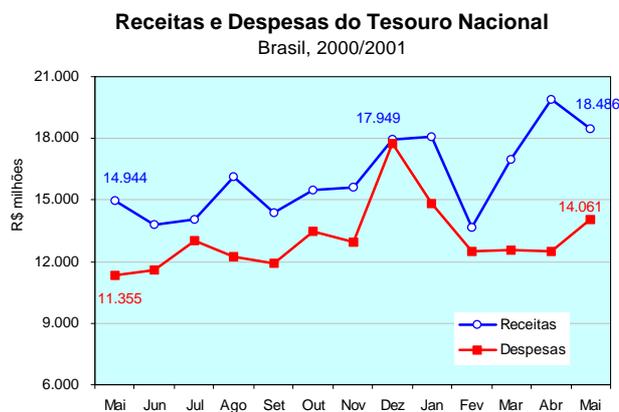
O incremento de 0,5 ponto percentual do PIB nas despesas do Tesouro Nacional deveu-se, em boa medida, à alocação de mais recursos para gastos de custeio e investimento em ações voltadas para a área da saúde. Também se elevaram os gastos destinados à cobertura de subsídios à agricultura e às exportações, refletindo condições de mercado e a evolução da taxa de câmbio. Nas demais despesas de custeio e investimento, cumpre mencionar que os menores dispêndios em 2000 refletem a vigência da regra do duodécimo, no primeiro quadrimestre daquele ano, sem correspondência no exercício de 2001.

O Regime Geral da Previdência Social (RGPS) manteve seu déficit primário em 0,7% do PIB. O crescimento da arrecadação líquida, que reflete o esforço de recuperação de receitas e o crescimento do emprego formal, tem compensado o aumento nas despesas de benefícios previdenciários decorrentes do reajuste de valores e de novas concessões no período. Merece destaque o fato de que a taxa de concessão de novos benefícios, notadamente os vinculados ao tempo de contribuição, tem se reduzido a partir da vigência da Emenda Constitucional nº 20/1998.

Tesouro Nacional

O Tesouro Nacional apresentou superávit primário de R\$ 20,7 bilhões nos primeiros cinco meses de 2001, o que corresponde a 4,3% do PIB estimado para o período. As receitas apresentaram elevação R\$ 13,7 bilhões em relação a idêntico período do ano anterior. Em percentual do PIB, estas passaram de 17,3%, no período janeiro a maio de 2000, para 18,2% em equivalente período deste ano. Os destaques do período foram os acréscimos nos ingressos referentes a concessão de serviços de telefonia e dividendos pagos à União.

Até maio, o superávit primário do Tesouro Nacional totalizou R\$ 20,7 bilhões, correspondente a 4,3% do PIB.



As despesas do Tesouro Nacional, por sua vez, passaram de R\$ 39,5 bilhões para R\$ 47,0 bilhões. Em termos percentuais do PIB, as despesas totais passaram de 9,3%, nos primeiros cinco meses de 2000, para 9,8% em idêntico

período de 2001. Os principais fatores que afetaram o comportamento das despesas no período em exame foram: i) a aplicação da regra do duodécimo até abril de 2000, sem correspondência em 2001; ii) o aumento de recursos destinados a ações na área da saúde, em cumprimento à Emenda Constitucional nº 29/00; e iii) elevação nas despesas com subsídios à agricultura e às exportações, com destaque para aquelas associadas a compras de milho e arroz, no âmbito do Programa de Aquisições do Governo Federal (AGF), e ao crescimento da demanda por operações no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações (Proex). Neste último caso, a despesa também foi afetada pela depreciação da taxa de câmbio no período.

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 18,6 bilhões em maio, inferior em R\$ 1,5 bilhão à arrecadação do mês anterior. As receitas com impostos e contribuições sociais administradas pela Secretaria de Receita Federal (SRF) atingiram R\$ 15,6 bilhões, reduzindo-se em R\$ 544,6 milhões em relação à receita de abril. De um lado, houve redução de R\$ 1,3 bilhão devido à ocorrência, naquele mês, do pagamento da primeira cota ou cota única do IRPJ e da CSLL relativo à apuração trimestral encerrada em março, e do pagamento da primeira cota e cota única da declaração de ajuste do IRPF, ambos sem a mesma correspondência no mês de maio. Com isso, a arrecadação do IRPJ foi menor em 31,2%, a CSLL em 30,2% e o IRPF em 53,2%.

Por outro lado, houve aumento da arrecadação de impostos e contribuições com apuração semanal: a receita da CPMF e do IRRF, em especial, cresceram R\$ 413,1 milhões (31,2%) e R\$ 403,5 milhões (13,1%), respectivamente, associado à ocorrência de cinco semanas de fatos geradores em maio, contra quatro semanas de abril.

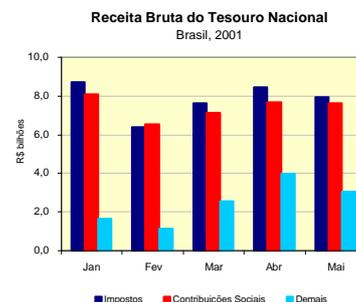
As demais receitas do Tesouro totalizaram R\$ 3,0 bilhões, registrando queda de R\$ 927,7 milhões em relação ao mês anterior. Nesse caso, destaca-se a arrecadação a título de concessões de serviços de telefonia, de R\$ 1,0 bilhão da Banda B, em maio, e de R\$ 1,2 bilhão das Bandas B e E, em abril.

Além disso, as receitas com dividendos totalizaram R\$ 875,2 milhões, contra 945,4 milhões no mês anterior. que por conta do pagamento pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND) haviam sido de R\$ 945,4 milhões em abril, totalizaram R\$ 875,2 milhões em maio. Nesse caso, vale destacar o pagamento dos dividendos da Petrobras no montante de R\$ 830,3 milhões, referente ao lucro apurado no exercício de 2000.

**RESULTADO DO TESOURO NACIONAL
Jan-Mai (% PIB)**

DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Receitas do Tesouro (*)	17,3%	18,2%
Transferências	4,0%	4,1%
Despesas do Tesouro	9,3%	9,8%
Resultado Primário	4,0%	4,3%

(*) Líquidas de restituições e incentivos fiscais

**Receitas do
Tesouro em relação
ao mês anterior**


Em maio, a Petrobras pagou dividendos relativos ao exercício de 2000 no montante de R\$ 830,3 milhões.

As receitas com taxas e tarifas diversas (receitas parafiscais), em especial a taxa Fistel e a cota parte de compensações financeiras, apresentaram redução de R\$ 664,6 milhões relativamente a abril. No caso da taxa Fistel, houve o recolhimento da Taxa de Fiscalização de Funcionamento (pagamento anual e ingresso na conta única nos meses de abril) no valor de R\$ 316,6 milhões; no caso das compensações financeiras, houve o repasse trimestral referente a *royalties* e participações especiais pela exploração de petróleo e gás no montante de R\$ 328,7 milhões. Em ambos os casos, portanto, houve expressiva arrecadação, sem correspondência no mês de maio.

Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 88,4 bilhões de janeiro a maio deste ano, o equivalente a 18,5% do PIB. Esses valores indicam crescimento de quase 0,8 ponto percentual do PIB em relação ao mesmo período de 2000, reflexo do acréscimo no item “demais receitas”, destacando-se as concessões de serviços de telefonia e os dividendos da União, cuja arrecadação foi significativamente superior à registrada nos cinco primeiros meses do ano passado. Os ingressos de impostos e contribuições sociais, por sua vez, permaneceram praticamente estáveis em proporção do PIB.

RECEITAS DO TESOURO NACIONAL Jan-Mai (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Impostos	8,2%	8,2%
Imposto de Renda	5,6%	5,4%
IPI	1,7%	1,7%
Outros	1,0%	1,1%
Contribuições Sociais	7,7%	7,7%
Cofins	3,6%	3,9%
CPMF	1,5%	1,4%
CSLL	1,0%	0,8%
Outras	1,6%	1,6%
Demais	1,8%	2,6%
Conta Petróleo	0,0%	0,0%
Dividendos da União	0,2%	0,4%
Concessões	0,4%	0,8%
Outras	1,2%	1,4%
Total Bruto	17,7%	18,5%

Em termos nominais, a receita bruta dos cinco primeiros meses de 2001 foi superior em 17,8% (R\$ 13,4 bilhões) à observada em idêntico período de 2000. Em relação às receitas administradas pela SRF, os principais fatores que afetaram positivamente a arrecadação foram:

- i) acréscimo de 22,4% na arrecadação do IPI-bebidas, uma vez que a partir de abril, com a edição da Instrução Normativa SRF nº 41/2000, foi vedada a compensação do imposto devido com outros créditos de terceiros;
- ii) aumento de 32,9% na arrecadação do IPI-automóveis, relacionado ao crescimento de 27,9% nas vendas de automóveis no mercado interno;
- iii) aumento de 24,2% nas receitas com o IRRF sobre capital, devido à elevada arrecadação das operações de *swap*, de 36,6% no IRRF sobre remessas ao exterior, de 30,4% sobre o imposto de importação e de 15,3% do IPI vinculado à importação, todos relacionados à depreciação verificada da taxa de câmbio; e
- iv) acréscimo de 22,2% nas receitas da Cofins e de 19,8% do Pis-Pasep, como reflexo, principalmente, da mudança na forma de tributação do setor de combustíveis e do pagamento por substituição pelo setor automotivo.

Em todos os casos citados acima, a taxa de crescimento da arrecadação foi superior à estimativa de crescimento nominal do PIB para os cinco primeiros meses de 2001, contra igual período do ano passado.

Por outro lado, apresentaram redução nominal, em relação ao período de janeiro a maio de 2000, o IRPJ (12,2%) e a CSLL (6,5%), em função da arrecadação extraordinária relativa a depósitos judiciais e administrativos, em março de 2000, no valor de R\$ 1.436,0 milhões (R\$ 975,0 milhões de IRPJ e R\$ 461,0 milhões de CSLL). A CPMF, por sua vez, cresceu apenas 4,2% em termos nominais, o que representa, em proporção do PIB, redução de 0,2 ponto percentual no período, reflexo da redução da alíquota de 0,38% para 0,30% para os fatos geradores a partir de 17/06/2000.

As demais receitas do Tesouro, por sua vez, apresentaram aumento nominal de 64,9% (R\$ 4,9 bilhões) em relação ao período de janeiro a maio de 2000. As rubricas com crescimento mais significativo foram as concessões de serviços públicos (R\$ 2,2 bilhões) e os dividendos da União (R\$ 1,4 bilhão). No primeiro caso, destacam-se, este ano, os pagamentos provenientes da telefonia celular no total de R\$ 3,6 bilhões, ao passo que em 2000, até o mês de maio, a arrecadação dessa rubrica havia sido de R\$ 1,4 bilhão. No caso dos dividendos, este ano foram arrecadados R\$ 2,1 bilhões das entidades em que a União tem participação acionária (destaque para o FND, BNDES e Petrobras), contra um valor significativamente menor registrado no mesmo período do ano passado: R\$ 786,5 milhões.

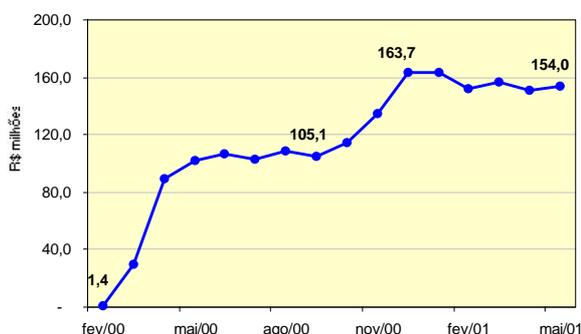
Além dessas rubricas, vale destacar o crescimento da arrecadação proveniente de *royalties* e participações especiais pagos pela Petrobras (conforme Lei nº 9.478/97), em decorrência da exploração e produção de petróleo e gás natural. Enquanto em 2000, essa rubrica havia apresentado receita de R\$ 1,4 bilhão até o mês de referência, este ano a arrecadação já atinge o montante de R\$ 2,0 bilhões.

DEMAIS RECEITAS DO TESOURO Jan-Mai (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Demais	7.491,3	12.354,8
Conta Petróleo	-	-
Dividendos da União	786,5	2.143,3
Concessões	1.525,2	3.698,6
Outras	5.179,5	6.512,8

DIVIDENDOS PAGOS À UNIÃO Jan-Mai (R\$ milhões)		
EMPRESAS	2000	2001
Petrobrás	446,6	830,3
BNDES	130,0	549,9
FND	-	378,7
Demais	209,9	384,4
Total	786,5	2.143,3

RECEITA DE CONCESSÕES Jan-Mai (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Anatel	1.394,4	3.569,1
Banda B	1.394,4	1.753,1
Banda D	-	1.321,0
Banda E	-	495,0
ANP	72,1	91,2
Outros	58,8	38,3
Total	1.525,2	3.698,6

Arrecadação do Refis
Brasil, 2000/2001



A arrecadação proveniente do Refis somou R\$ 583,1 milhões até maio de 2001, tendo sido recepcionados 128,8 mil termos de opções pelo Programa.

Por fim, os ingressos decorrentes do parcelamento de débitos previstos no Programa de Recuperação Fiscal (Refis) atingiram R\$ 583,1 milhões no período, contra apenas R\$ 166,6 milhões obtidos até maio de 2000. Vale lembrar

que as receitas desse Programa começaram a ingressar em fevereiro daquele ano, e de forma mais expressiva apenas a partir de abril, conforme pode-se observar no gráfico acima.

Transferências a estados e municípios

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS Jan-Mai (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Constitucionais	3,21%	3,21%
Desoneração do ICMS	0,32%	0,31%
Demais	0,44%	0,53%
Total	3,97%	4,05%

Até maio deste ano, as transferências a estados e municípios cresceram quase 0,1 ponto percentual do PIB, quando comparadas a igual período de 2000. Em termos nominais, houve aumento de 15,7%, o que corresponde a um acréscimo da ordem de R\$ 2,6 bilhões no montante transferido àqueles entes da federação.

No que se refere às transferências constitucionais, estas apresentaram um acréscimo nominal de R\$ 1,8 bilhão relativamente às realizadas nos cinco primeiros meses de 2000 (13,3%). Tal desempenho foi influenciado pelas transferências efetuadas em janeiro, como reflexo da evolução das receitas tributárias compartilhadas (IR e IPI) ao final do ano passado. Naquele mês, as transferências constitucionais totalizaram R\$ 3,5 bilhões, contra R\$ 2,7 bilhões observadas em janeiro de 2000.

Os repasses decorrentes da aplicação da Lei Complementar nº 87/1996 mantiveram-se no patamar de 0,3 ponto percentual do PIB, o mesmo registrado em 2000. Em termos nominais, este ano foi transferido R\$ 1,5 bilhão, contra R\$ 1,4 bilhão registrado até maio de 2000.

DEMAIS TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS Jan-Mai (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Salário-Educação	782,6	957,8
Royalties Lei 9478	618,7	1.054,0
Fundef	202,6	171,8
Outras	263,1	373,6
Total	1.867,0	2.557,2

As demais transferências cresceram quase 0,1 ponto percentual do PIB em relação ao período de janeiro a maio de 2000. Em valores nominais, atingiram o montante de R\$ 2,6 bilhões, contra R\$ 1,9 bilhão naquele ano. As transferências relativas aos *royalties* da Petrobras (Lei nº 9.478/1997), a salário-educação e a "outras", em conjunto, apresentaram acréscimo de R\$ 721,1 milhões, ao passo que a complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) apresentou queda de R\$ 30,9 milhões.

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS 2001		
DISCRIMINAÇÃO	Abr	Mai
Constitucionais	3.008,6	3.363,1
Desoneração do ICMS	298,5	298,5
Demais	325,5	643,6
Total	3.632,5	4.305,2

No mês, o destaque foi o crescimento das transferências constitucionais em 11,8% (R\$ 354,6 milhões), reflexo da arrecadação do imposto de renda no último decêndio de abril, em particular pelo pagamento da primeira cota e cota única da declaração de ajuste anual das pessoas físicas. Além disso, as demais transferências praticamente dobraram de valor em relação a abril. Dentre elas, destacam-se as transferências de salário-educação, as quais passaram de R\$ 79,7 milhões, em abril, para R\$ 238,1 milhões, em maio, e as transferências de *royalties* (Lei nº 9.478/1997), passando de R\$ 126,8 milhões para R\$ 286,7 milhões. No primeiro caso o acréscimo é sazonal, com picos bimestrais, e deve-

se à sistemática de repasse do salário-educação. No caso dos *royalties*, o repasse é afetado pela arrecadação mais elevada referente à exploração de petróleo e gás, reflexo da sistemática de recolhimento trimestral dessa rubrica nos meses de janeiro, abril, julho e outubro. As transferências dessa receita a estados e municípios são efetuados nos meses seguintes aos de arrecadação.

Em maio, as despesas do Tesouro Nacional aumentaram cerca de R\$ 874,2 milhões em relação ao mês de abril, sendo R\$ 509,3 milhões na rubrica "outras despesas de custeio e capital". O comportamento desses gastos é explicado pela utilização, por parte dos órgãos gestores, de recursos que haviam sido liberados pelo Tesouro nos meses anteriores.

As despesas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) apresentaram elevação de R\$ 325,0 milhões comparativamente a abril. Esse acréscimo concentrou-se nos gastos com o benefício do seguro desemprego, que atingiu o montante de R\$ 583,7 milhões em maio, contra R\$ 178,9 milhões no mês anterior. As maiores liberações do FAT verificadas em maio devem-se às transferências de recursos às instituições financeiras, a título de seguro desemprego, referentes a meses anteriores.

Os gastos com subsídios e subvenções econômicas aumentaram em R\$ 151,1 milhões, em relação ao mês anterior. Houve acréscimo nas despesas com subsídios à agricultura, que passaram de R\$ 61,0 milhões em abril, para R\$ 153,5 milhões em maio. Esse comportamento é explicado pelo aumento no volume de compra de produtos agrícolas, principalmente milho e arroz, no âmbito do Programa de Aquisições do Governo Federal (AGF).

Além disso, foram efetuados pagamentos de R\$ 22,4 milhões, a título de equalização de taxas de juros, no âmbito do Programa Especial de Saneamento de Ativos (PESA). Referido programa trata de alongamento de dívidas oriundas de operações rurais acima de R\$ 200,0 mil. A despesa mencionada refere-se ao ressarcimento pelo Tesouro Nacional às instituições financeiras, de valor correspondente ao rebate de até 2 pontos percentuais nas parcelas de juros devidas pelos mutuários e pagas no prazo do vencimento.

Por sua vez, a despesa com subsídio às exportações associadas ao Programa de Financiamento às Exportações (Proex) apresentou acréscimo de R\$ 69,9 milhões, em relação ao mês anterior atribuído, basicamente, ao aumento na procura de recursos do Programa.

Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

O aumento nas despesas com seguro-desemprego e subsídios contribuíram para a elevação dos gastos de custeio e capital.

Em maio, foram pagos R\$ 22,4 milhões a título de subsídios do Programa Especial de Saneamento de Ativos (PESA), em decorrência da instituição do bônus de adimplência para os mutuários beneficiados.

Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL Jan-Mai (% PIB)

DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Pessoal e Encargos	5,23%	5,27%
Custeio e Capital	4,09%	4,54%
Despesas do FAT	0,53%	0,48%
Subsídios e Subvenções	0,18%	0,30%
Outras	3,37%	3,76%

No período de janeiro a maio de 2001, as despesas do Tesouro Nacional atingiram 9,8% do PIB, apresentando crescimento de 0,5 ponto percentual em relação às verificadas em igual período de 2000. Os gastos com pessoal e encargos sociais registraram aumento inferior a 0,1 ponto percentual do PIB. Em termos nominais, a folha do funcionalismo aumentou 14,1%, o que corresponde a um acréscimo de R\$ 3,1 bilhões em relação a 2000, reflexo do realinhamento salarial adotado para algumas carreiras estratégicas do setor público, incluindo a reestruturação da carreira militar das Forças Armadas, conforme Medida Provisória nº 2.131/2001.

A rubrica "custeio e capital" apresentou aumento de 0,5 ponto percentual do PIB, em comparação a igual período de 2001. Houve acréscimo principalmente na categoria "outras despesas de custeio e capital", que passou de 3,4 pontos percentuais do PIB em 2000, para 3,8 pontos percentuais do PIB esse ano. Em valores nominais, essa elevação deveu-se, em parte, ao acréscimo verificado nas despesas de custeio e investimento das ações de saúde pública. Até maio desse ano, o Ministério da Saúde realizou gastos com tais ações da ordem de R\$ 7,9 bilhões (1,64% do PIB), contra R\$ 6,6 bilhões (1,57% do PIB), comparativamente a idêntico período do ano anterior.

OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO Jan-Mai (R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Agricultura	197,9	541,5
Custeio Agropecuário	58,3	76,9
Investimento Rural	6,4	21,0
Preços Agrícolas	2,7	270,9
- EGF	1,6	0,9
- AGF	0,2	229,8
- Sustentação de preços	1,0	40,2
Pronaf	130,5	150,3
PESA	0,0	22,4
Securitização (Lei 9138)	0,0	0,0
Exportação	266,3	462,8
Proex	266,3	462,8
Total	464,2	1.004,2

Por fim, os gastos do Tesouro com subsídios e subvenções econômicas à agricultura e às exportações aumentaram 0,1 ponto percentual do PIB, comparativamente a 2000. Até maio deste ano, os gastos com subsídios à agricultura perfizeram R\$ 541,5 milhões, ao passo que em idêntico período do ano anterior foram de R\$ 197,9 milhões.

O comportamento desses gastos no ano tem sido influenciado pelas operações realizadas no âmbito do Programa de Aquisições do Governo Federal (AGF), com aquisições diretas de estoques, principalmente milho e arroz, em consequência da evolução desfavorável do preço desses produtos. Por sua vez, os subsídios às exportações no âmbito do Proex aumentaram 73,8% (R\$ 196,5 milhões) no período, em decorrência da desvalorização do real, bem como do aumento na procura por financiamentos com recursos do Programa.

Previdência Social

A Previdência Social registrou déficit primário de R\$ 879,7 milhões em maio, contra R\$ 682,4 milhões em abril. O aumento no déficit, comparativamente ao mês anterior, deveu-se ao incremento de 6,1% nas despesas com benefícios previdenciários, que perfizeram R\$ 5,8 bilhões, contra R\$ 5,5 bilhões em abril. Do lado das receitas, o aumento na arrecadação líquida foi menos expressivo, da ordem de 2,8%, passando de R\$ 4,8 bilhões para R\$ 4,9 bilhões no período mencionado.

Registre-se que a elevação da despesa com o pagamento de benefícios previdenciários refletiu, por um lado, o impacto do reajuste do salário mínimo para R\$ 180,00 a partir de 1º de abril, o que contribuiu para um acréscimo de R\$ 280,0 milhões na despesa de maio. Por outro lado, observou-se também aumento nos gastos com o pagamento de precatórios que atingiu o montante de R\$ 55,4 milhões no mês, contra R\$ 27,2 milhões em abril. Adicionalmente, foi registrado incremento do número de novos benefícios concedidos: 326,5 mil em maio, contra 288,9 mil em abril.

Por outro lado, o acréscimo na receita deveu-se, basicamente, à vigência da nova tabela de contribuição previdenciária instituída pela Portaria MPAS nº 908/2001 a qual alterou os valores dos recolhimentos em função do aumento do salário mínimo.

Boxe 1 – Reajuste dos Benefícios mantidos pela Previdência Social

O Decreto nº 3.826, de 31/05/2001, e a Portaria MPAS nº 1.987, de 04/06/2001, estabeleceram o índice de 7,66% para o reajuste dos benefícios com vigência a partir de 1º de junho. Tal índice aplica-se aos benefícios concedidos até junho de 2000. No caso de benefícios concedidos a partir de 1º de julho daquele ano, o índice é proporcional, segundo tabela anexa aos referidos instrumentos legais. Com a divulgação do reajuste, o valor máximo do salário-de-benefício e do salário-de-contribuição passaram de R\$ 1.328,25 para R\$ 1.430,00.

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL				
Brasil, 2000-2001				
DISCRIMINAÇÃO	Abr	Mai	Jan-Mai	
	2001	2001	2000	2001
Arrecadação Líquida	4.782,3	4.918,4	20.903,9	23.747,5
Arrecadação Bruta	5.183,8	5.281,4	22.651,4	25.901,7
- Contribuição Previdenciária	4.859,8	4.929,4	21.131,2	24.207,7
- Simples	184,0	194,6	755,0	936,1
- CDP	11,1	8,2	85,4	43,2
- CFTE/FIES	25,1	35,1	55,9	131,4
- Depósitos Judiciais	55,8	66,5	480,5	333,3
- Refis	37,8	38,5	55,5	194,4
- Outras Receitas	10,2	9,1	87,9	55,6
(-) Restituição/Devolução	-21,1	-23,1	-68,6	-108,0
(-) Transferências a Terceiros	-380,4	-339,9	-1.678,9	-2.046,2
Benefícios Previdenciários	5.464,8	5.798,1	23.930,0	27.272,7
Resultado Primário	-682,4	-879,7	-3.026,0	-3.525,2
Resultado Primário/PIB			-0,71%	-0,74%

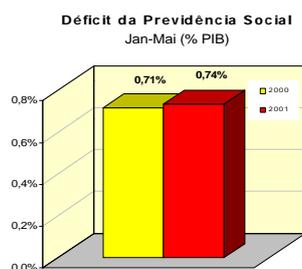
No acumulado do ano, o RGPS registra déficit primário de cerca de R\$ 3,5 bilhões, resultado este que representa elevação nominal de 16,5% em relação a idêntico período de 2000. Todavia, como proporção do PIB estimado, o resultado até maio situou-se praticamente no nível daquele observado no mesmo período de 2000 (0,71% do PIB e 0,74% do PIB, respectivamente).

Nos cinco primeiros meses de 2001, a arrecadação líquida atingiu R\$ 23,7 bilhões, representando um acréscimo nominal de 13,6% em relação à verificada no mesmo período de 2000. As receitas provenientes de contribuições previdenciárias apresentaram incremento de R\$ 3,1 bilhões como reflexo, principalmente, do esforço de recuperação de receitas, além do impacto, a partir de maio de 2000, do reajuste do salário mínimo e do crescimento do nível de emprego formal.

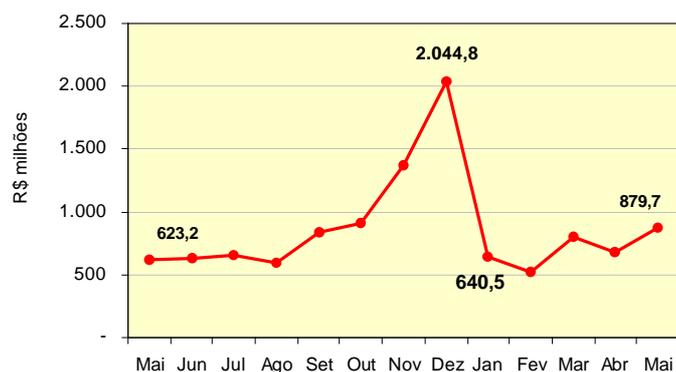
RESULTADO DA PREVIDÊNCIA		
Jan-Mai (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Contribuição	4,94%	4,95%
Benefícios	5,65%	5,69%
Resultado Primário	-0,71%	-0,74%

Até o período, as receitas extraordinárias perfizeram R\$ 702,3 milhões, contra R\$ 677,3 milhões no mesmo período do ano passado.

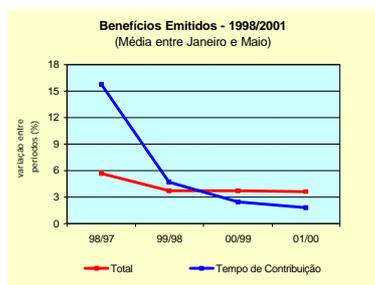
Relativamente às demais receitas, deve-se registrar, em que pese a redução daquelas decorrentes de depósitos judiciais e administrativos, que passaram de R\$ 480,5 milhões para R\$ 333,3 milhões, o aumento na arrecadação: i) de empresas optantes do Refis: perfizeram R\$ 194,4 milhões nos cinco primeiros meses de 2001, contra R\$ 55,5 milhões em idêntico período do ano passado; ii) de optantes pelo regime instituído pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples): atingiu R\$ 936,1 milhões nesse período, contra R\$ 755,0 milhões em 2000; e iii) de contribuições por meio de Certificados do Tesouro Nacional no âmbito do programa instituído pelo Fundo de Incentivo ao Ensino Superior (CFTE/FIES): totalizaram R\$ 131,4 milhões, contra R\$ 55,9 milhões nos primeiros cinco meses de 2000.



Déficit da Previdência Social
Brasil, 2000/2001



As despesas com benefícios previdenciários atingiram R\$ 27,3 bilhões no período, superando em R\$ 3,3 bilhões o montante registrado em idêntico período de 2000 quando perfizeram R\$ 23,9 bilhões. Esse acréscimo decorreu do reajuste no valor dos benefícios a partir de abril de 2000 (com impacto no caixa a partir de maio) e do aumento da quantidade de benefícios previdenciários concedidos, notadamente aqueles relacionados ao salário-maternidade (277,7 mil entre janeiro e maio de 2000, para 423,6 mil em idêntico período de 2001) e auxílio-doença (de 312,3 mil para 380,7 mil). Todavia, cabe destacar que o ritmo de crescimento do estoque de benefícios vem se reduzindo a partir de 1998, sobretudo nas aposentadorias por tempo de contribuição, componente de maior peso na despesa total de benefícios, conforme pode-se observar no gráfico ao lado.



DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

A dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do mercado totalizou R\$ 258,7 bilhões no mês de maio, correspondendo a 22,6% do PIB acumulado nos últimos doze meses, mesmo nível registrado no mês anterior. A tabela 2, a seguir, apresenta a composição da dívida líquida em poder do mercado nos meses de março, abril e maio.

A dívida líquida do Tesouro Nacional, em maio, ficou em 22,6% do PIB, nível idêntico ao registrado em abril.

TABELA 2
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO MERCADO
BRASIL, 2001

	(R\$ milhões)		
	2001		
	Mar	Abr	Mai
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	94.209	97.744	84.969
Dívida Mobiliária em Mercado ¹	434.987	440.843	433.809
Dívida Contratual da STN	-261.082	-263.165	-267.802
Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Fundações	-79.696	-79.934	-81.038
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	153.418	158.534	173.756
Dívida Mobiliária em Mercado	118.262	121.242	133.688
Títulos Depositados em Garantia	-5.140	-3.417	-3.795
Dívida Contratual	41.284	41.695	44.865
Disponibilidades	-988	-986	-1.002
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	247.627	256.279	258.724
IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL/PIB	22,1%	22,6%	22,6%

(1) Inclui Dívida Securitizada, Dívida Agrícola e TDA.

As emissões no mercado internacional e o comportamento do câmbio no mês elevaram o saldo da dívida externa, contribuindo para o crescimento da dívida líquida total no período.

Apesar do decréscimo da dívida interna líquida em maio (R\$ 12,8 bilhões), em função do resgate líquido ocorrido na dívida mobiliária em mercado, o comportamento da dívida líquida total foi influenciado pelo crescimento do saldo da dívida externa em reais, devido às emissões do Bônus Global 2005 (R\$ 2,4 bilhões), aliado ao efeito da depreciação cambial em 8,02% ocorrida no período. Tal crescimento foi parcialmente compensado pelas amortizações ocorridas no mês (R\$ 219,5 milhões).

A queda do saldo da dívida mobiliária interna em mercado (R\$ 7,0 bilhões) foi reflexo do resgate líquido ocorrido no mês (R\$ 13,7 bilhões), que mais que compensou os juros nominais incidentes sobre essa dívida (R\$ 6,7 bilhões).

A dívida interna líquida passou de R\$ 97,7 bilhões, em abril, para R\$ 85,0 bilhões, em maio. A queda no saldo da dívida mobiliária em mercado foi determinante para este resultado, aliado ao aumento dos haveres contratuais do

***Dívida Interna
Líquida***

Tesouro Nacional, em função da variação positiva dos principais indexadores desses saldos (IGP-DI, IGP-M e Selic). O acréscimo nos saldos dos fundos, autarquias e fundações decorreu do aumento das disponibilidades do FAT no extra-mercado e do crescimento dos haveres do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), devido a liberações sazonais.

TABELA 3
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (EM MERCADO)
BRASIL, 2001

	(R\$ milhões)		
	2001		
	Mar	Abr	Mai
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	94.209	97.744	84.969
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM MERCADO	434.987	440.843	433.809
LFT	213.533	223.189	219.456
LTN	75.491	68.038	63.186
NTN-C	15.950	17.478	19.408
Demais	103.594	103.638	104.336
Dívida Securitizada	23.913	26.011	24.954
TDA	2.506	2.488	2.469
DÍVIDA CONTRATUAL	-340.778	-343.098	-348.840
<i>Tesouro Nacional</i>	-261.082	-263.165	-267.802
Dívida Bancária	40.239	40.269	40.277
Lei nº 7.976/89	-10.676	-10.886	-11.435
Lei nº 8.727/93	-44.415	-44.462	-44.493
Lei nº 9.496/97	-139.140	-140.471	-142.313
Renegociação Dívida Municipais	-18.435	-18.580	-18.795
Demais Haveres da STN	-88.655	-89.036	-91.042
<i>Fundos, Autarquias e Fundações</i>	-79.696	-79.934	-81.038
FAT	-57.039	-57.338	-57.844
Demais Entidades	-22.657	-22.596	-23.194
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM MERCADO/PIB	38,8%	38,9%	37,9%
DÍVIDA CONTRATUAL TOTAL/PIB	-30,4%	-30,3%	-30,5%
DÍVIDA CONTRATUAL DO TESOURO NACIONAL/PIB	-23,3%	-23,2%	-23,4%

Em maio, a dívida mobiliária em mercado caiu 1,0 ponto percentual do PIB, relativamente ao mês anterior.

Emissões e Resgates

Em maio, foram resgatados liquidamente R\$ 13,7 bilhões da dívida mobiliária, sendo resgates líquidos de LFT (R\$ 6,7 bilhões), LTN (R\$ 5,7 bilhões) e dívida securitizada e TDA (R\$ 142,1 milhões) e demais títulos (R\$ 2,6 bilhões).

Em maio, as emissões da dívida mobiliária interna de responsabilidade do Tesouro Nacional em mercado foram de R\$ 18,5 bilhões e os resgates realizados perfizeram R\$ 32,2 bilhões, resultando em resgate líquido de R\$ 13,7 bilhões.

Houve resgate líquido de R\$ 6,7 bilhões em Letras Financeiras do Tesouro (títulos pós-fixados), de R\$ 5,7 bilhões em LTN e de R\$ 142,1 milhões em títulos da dívida securitizada e Títulos da Dívida Agrária (TDA).

O estoque da dívida mobiliária em mercado reduziu-se em 1,32% relativamente ao mês anterior, em decorrência do resgate líquido ter sido significativamente superior aos juros nominais incorridos sobre a dívida.

No mês, o Tesouro Nacional emitiu LFT de 5 anos no montante de R\$ 14,0 bilhões, LTN de 5 meses no montante de R\$ 2,8 bilhões, e NTN-C de 20 anos no montante de R\$ 1,4 bilhão. No leilão de NTN-C, R\$ 705,5 milhões foram objeto de troca por títulos (LFT-B e títulos da dívida securitizada) e R\$ 661,5 milhões corresponderam à captação em moeda corrente.

Em função da redução da volatilidade nas taxas de juros e da demanda pelo mercado, o Tesouro Nacional tornou a emitir títulos prefixados no leilão do dia 08/05, após a suspensão da oferta de LTN por um período de sete semanas consecutivas. Nos quatro leilões (08/05, 15/05, 22/05 e 29/05), foram ofertados pequenos lotes de R\$ 500,0 milhões e R\$ 1,0 bilhão com prazo em torno de cinco meses.

Foram mantidas as emissões de títulos pós-fixados com prazo de 5 anos ao longo do mês e o deságio médio dos títulos subiu de 0,07% no dia 08 para 0,16% no último leilão do mês, ocorrido no dia 29/05.

Boxe 2 – Emissões de NTN-C de 20 anos

O Tesouro Nacional emitiu com sucesso R\$ 2,0 bilhões em NTN-C com prazo de 20 anos nos dias 27 e 30 de abril (com efeitos financeiros em maio) à taxa de 10,78% a.a., contra 10,89% do leilão de março. Do montante vendido, aproximadamente 51,61% foram objeto de troca por LFT-B e títulos da dívida securitizada. A economia calculada com base nos valores presentes dos fluxos financeiros da permuta foi da ordem de R\$ 570,0 mil.

TABELA 4
EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL
INTERNA DO TESOURO NACIONAL EM MERCADO
BRASIL, Mai/2001

(R\$ milhões)			
Fatos	Financeiras	Não Financeiras*	Total
I. Emissões	17.656	857	18.513
LFT	14.035	0	14.035
LTN	2.782	0	2.782
NTN-C	658	709	1.367
TDA	0	14	14
Securitizada**	0	0	0
Demais	181	134	315
II. Resgates	30.416	1.827	32.243
LFT	20.741	0	20.741
LTN	8.440	0	8.440
NTN-C	0	0	0
TDA	0	24	24
Securitizada**	0	132	132
Demais	1.236	1.670	2.906
III. Valor líquido (I-II)	-12.760	-970	-13.730

* Cancelamentos + Resgates das emissões não financeiras.
** Inclui dívida agrícola.

As emissões diretas da dívida mobiliária totalizaram R\$ 327,4 milhões, com destaque para a emissão dos Certificados do Tesouro Nacional, série D (R\$ 134,6 milhões), referentes à aplicação de recursos financeiros do Fundo de Garantia à Exportação (FGE) em títulos públicos federais, conforme Lei nº 9.818/1999.

No mês de maio, as emissões diretas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 327,4 milhões.

Os resgates de títulos emitidos por meio de colocação direta totalizaram R\$ 1,8 bilhão, sendo que os principais decorreram da operação de troca por NTN-C (R\$ 705,5 milhões).

Composição

Com os resgates líquidos ocorridos no mês, a participação dos prefixados na dívida mobiliária interna diminuiu em 1,0 ponto percentual, como mostra a tabela 5. Quanto aos títulos cambiais, houve aumento da sua participação, em relação ao mês anterior (0,4 ponto percentual), em virtude do comportamento da taxa de câmbio e do reduzido volume resgatado. Apesar disso, a participação dos títulos indexados ao câmbio mantém-se inferior à observada em maio de 2000.

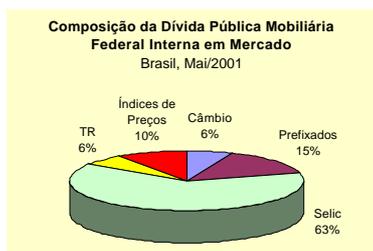


TABELA 5
COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL INTERNA DO TESOURO NACIONAL EM MERCADO POR TIPO DE RENTABILIDADE

BRASIL, 2000/2001

Indexador	2000			2001		
	Mai	Abr	Mai	Mai	Abr	Mai
Selic	63,9	63,2	63,3	63,3	63,2	63,3
Câmbio	8,8	5,9	6,3	6,3	5,9	6,3
Prefixados	14,8	15,7	14,7	14,7	15,7	14,7
Índices de Preços	6,5	9,2	9,9	9,9	9,2	6,5
TR	5,9	5,9	5,8	5,8	5,9	5,9
Outros	0,2	0,1	0,0	0,0	0,1	0,2

* Não inclui dívida agrícola.

O aumento da participação dos títulos indexados a índices de preços no estoque em mercado não foi tão substancial como nos meses anteriores, em decorrência do menor volume de NTN-C emitido em maio.

Com relação à composição da dívida securitizada, houve um aumento na participação dos títulos indexados a índices de preços devido à variação positiva do IGP-DI e ao reduzido volume resgatado. Quanto aos títulos indexados à TR, houve uma expressiva redução de 2,6 pontos percentuais em consequência dos resgates líquidos de títulos com essa característica.

O custo médio anual da dívida mobiliária em mercado em maio foi de 24,60% a.a., aumentando 7,89 pontos percentuais em relação ao mês anterior (16,71% a.a.). Esse aumento se deve fundamentalmente à desvalorização de 8,02% no câmbio em maio, pois, excluídos os títulos cambiais, o custo médio dos títulos emitidos por meio de oferta pública reduziu-se para 16,78% a.a., contra 17,32% a.a. em abril (tabela 7), devido à menor variação de alguns indicadores (TR, IGP-M e IGP-DI).

Custo Médio

TABELA 6
CUSTO MÉDIO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL INTERNA DO TESOURO NACIONAL EM MERCADO
BRASIL, 2000/2001

Em % anual

Título	2000		2001
	Mai	Abr	Mai
LTN	20,08	17,29	16,48
LFT	18,46	16,02	16,43
NTN-C	18,07	26,61	22,01
TDA	8,44	8,28	8,02
Dívida Securitizada *	11,19	15,71	13,60
Total	18,31	16,71	24,60

* Não inclui dívida agrícola.

Em maio, o custo médio total da dívida mobiliária em mercado aumentou devido à variação cambial ocorrida no mês.

É importante salientar que, a partir de maio, serão incluídas, nas informações referentes à Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFi), as estatísticas relativas aos títulos da dívida securitizada. A metodologia foi alterada levando-se em consideração o próprio conceito de securitização, que engloba a consolidação da dívida mediante a emissão de novos títulos, transformando-a em dívida mobiliária.

TABELA 7
DPMFi - CUSTO MÉDIO EM MERCADO
BRASIL, 2000/2001

(% anual)

Período	Total (2)	Comp (1)	Comp (2)
2000			
Mai	18,31	18,86	19,54
Jun	14,92	18,58	16,21
Jul	15,49	17,55	15,71
Ago	20,07	17,63	20,06
Set	18,12	17,38	16,74
Out	20,44	17,09	20,83
Nov	18,88	17,00	19,56
Dez	15,38	16,86	16,57
2001			
Jan	15,84	16,20	16,67
Fev	19,50	15,87	19,35
Mar	20,54	16,04	19,70
Abr	16,71	17,32	17,76
Mai	24,60	16,78	22,46

COMP - Títulos competitivos da DPMFi em mercado.
(1) Excluindo títulos indexados ao câmbio
(2) Incluindo títulos indexados ao câmbio



O custo médio dos títulos do Tesouro Nacional emitidos por meio de oferta pública (excluídos os indexados ao câmbio) caiu de 17,32% a.a., em abril, para 16,78% a.a., em maio.

Quanto ao custo médio da dívida securitizada, houve uma redução de 2,1 pontos percentuais em relação a abril, decorrente de uma variação menor dos principais indexadores dessa dívida.

Prazo Médio

O prazo médio da dívida mobiliária interna em mercado aumentou de 43,83 meses, em abril, para 47,50 meses, em maio.

O prazo médio da dívida mobiliária interna em mercado aumentou de 43,83 meses em abril, para 47,50 meses em maio. Esse aumento significativo deve-se principalmente à emissão de LFT de 5 anos e de NTN-C de 20 anos.

Em maio, o prazo médio das LFT aumentou 3,59 meses em relação ao mês anterior, em função das emissões de 5 anos. Quanto ao prazo médio dos títulos prefixados, sua redução resulta, principalmente, do fato de as LTN emitidas em maio terem prazos menores (5 meses) do que o prazo médio de 5,79 meses verificado para os títulos prefixados em abril.

Conforme pode ser observado no gráfico a seguir, o prazo médio dos títulos emitidos através de oferta pública em mercado mantém sua trajetória de alongamento, passando de 12,54 meses, em maio de 2000, para 31,89 meses em maio de 2001.

TABELA 8-a
PRAZO MÉDIO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL INTERNA DO TESOURO NACIONAL EM MERCADO
BRASIL, 2000-2001

Título	2000		2001	
	Mai	Abr	Mai	
LTN	5,95	5,79	5,52	
LFT	14,41	19,89	23,48	
NTN-C	44,86	210,10	213,15	
TDA	56,00	47,28	48,93	
Dívida Securitizada*	91,17	103,65	102,29	
Demais	58,74	71,34	72,81	
Total	33,84	43,83	47,50	

(*) Não inclui dívida agrícola.

TABELA 8
DPMFI - PRAZO MÉDIO NO MERCADO
BRASIL, 2000-2001

Período	Total	(meses)		
		Total	Comp (1)	
2000	Mai	33,84	12,54	
	Jun	33,81	12,58	
	Jul	33,43	12,97	
	Ago	33,83	14,16	
	Set	33,31	13,85	
	Out	33,33	14,38	
	Nov	34,42	15,24	
	Dez	34,94	15,47	
	2001	Jan	40,31	23,30
		Fev	42,58	26,36
		Mar	42,02	25,86
		Abr	43,83	27,58
Mai		47,50	31,89	

(1) Títulos emitidos por meio de oferta pública.



Dívida Externa Líquida

A dívida externa líquida do Tesouro Nacional fechou o mês de maio em R\$ 173,8 bilhões (15,2% do PIB), 1,2 ponto percentual acima do saldo registrado no mês anterior. Tal aumento foi devido à variação do saldo devedor da dívida externa, que cresceu nominalmente 9,6% (R\$ 15,6 bilhões) em relação a abril. Esse crescimento é explicado pela ocorrência dos seguintes fatores: i) reabertura do Eurobônus 2005 no montante de US\$ 441,5 milhões (R\$ 1,0 bilhão); ii) emissão de US\$ 1,0 bilhão (R\$ 2,4 bilhões) do Global 2005; e, principalmente, iii) desvalorização cambial de 8,02% ocorrida no mês.

TABELA 9
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (EM MERCADO)
BRASIL, 2000/2001

	(R\$ milhões)		
	2000 Mai	2001 Abr	2001 Mai
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA EM MERCADO	97.257,6	121.242,3	133.688,2
Bônus de Renegociação	61.682,3	50.355,9	54.396,4
Bônus de Captação	35.575,3	70.886,4	79.291,7
II. DÍVIDA CONTRATUAL	35.073,3	41.695,1	44.865,0
Organismos Multilaterais	13.708,1	19.413,3	20.962,5
Bancos Privados/Ag. Governamentais	6.691,6	7.456,5	8.063,2
Clube de Paris	14.673,6	14.825,2	15.839,3
III. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-4.506,1	-3.416,7	-3.795,4
IV. DISP. FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-835,8	-986,2	-1.002,3
V. TOTAL (I+II+III+IV)	126.988,9	158.534,4	173.755,5
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA TOTAL/PIB	12,5%	14,0%	15,2%

O bônus Global 2005 foi emitido com prazo de 4,5 anos, ao preço de 94,66% e cupom semestral de 9,625% a.a. Na reabertura do Eurobônus 2005, foram emitidos US\$ 441,5 milhões com prazo remanescente de 4 anos (vencimento em 05/07/2005). O título foi emitido ao preço de 101,25% e cupom semestral de 9,00% a.a..

Quanto à execução financeira do mês de maio, o montante relativo a principal, juros e encargos da dívida externa foi de R\$ 998,2 milhões. Deste total, R\$ 680,6 milhões referem-se à dívida mobiliária, R\$ 229,8 milhões a pagamentos aos organismos multilaterais e R\$ 87,9 milhões a bancos privados/agências governamentais, conforme demonstrado na tabela 10.

Boxe 3 – Bônus Global 2005

O Tesouro Nacional lançou em 10/05 o bônus Global 2005, no montante de US\$ 1,0 bilhão. O título, com maturação de cinco anos, foi vendido ao preço de 94,66%, com *spread* de 648 bps acima dos títulos do governo norte-americano, apresentando cupom semestral de 9,625% a.a. O bônus Global 2005 embute cláusula que permite que, em janeiro de 2002, seja efetuada troca pelo bônus Global 2020, ao par.

TABELA 10
EXECUÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA
BRASIL, Mai/2001

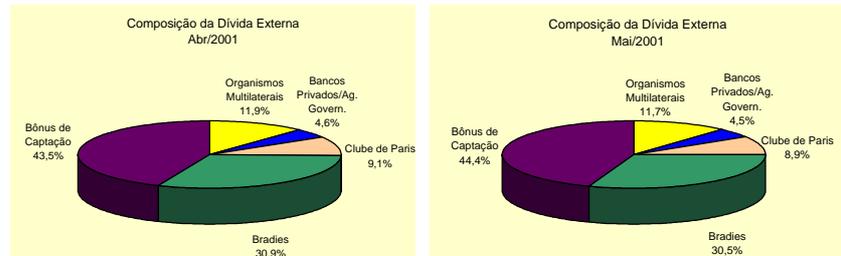
Discriminação	(R\$ milhões)		
	Principal	Juros e Encargos	Total
I. Encargos Totais	219,4	778,8	998,2
I.1. Organismos Multilaterais	149,5	80,2	229,8
I.2. Bancos Privados/Ag Gov	69,9	18,0	87,9
I.3. Dívida Mobiliária	0,0	680,6	680,6
Global 2001	0,0	73,9	73,9
Global 2005	0,0	135,4	135,4
Global 2027	0,0	402,0	402,0
ParalelFranc	0,0	20,6	20,6
ParalelXelim	0,0	19,7	19,7
ParalelFlorim	0,0	24,6	24,6
Euro 2005	0,0	4,4	4,4

Foram pagos no mês R\$ 998,2 milhões entre principal, juros e encargos da dívida externa.

Composição

Em maio, houve elevação de 0,9 ponto percentual na participação relativa dos Bônus de Captação, em virtude das anteriormente mencionadas emissões do Global e Euro 2005, como observado nos gráficos a seguir.

Em função da emissão do Bônus Global 2005 e reabertura do Bônus Euro 2005, houve pequeno aumento, em maio, da participação dos bônus de captação no total da dívida externa.



O prazo médio da dívida mobiliária externa reduziu-se em virtude, principalmente, das emissões ocorridas no mês, cujos prazos foram menores (em torno de 4 anos) que o prazo médio registrado no mês de abril (14,60 anos).

O prazo médio da dívida externa ficou em 14,22 anos em maio de 2001, contra 13,13 anos no mesmo mês de 2000.

TABELA 11
CUSTO E PRAZO MÉDIOS DOS TÍTULOS DA DÍVIDA EXTERNA
BRASIL, 2000/2001

Título	2000		2001
	Mai	Abr	Mai
Prazo Médio (anos)	13,13	14,60	14,22
Bônus de Renegociação	13,62	13,04	12,96
Bônus de Captação	12,28	15,83	15,21
Globais	15,63	19,86	18,96
Euros	5,99	5,80	5,61
Demais	4,24	4,52	4,43
Custo Médio (% a.a.) *	8,54	8,65	8,66
Bônus de Renegociação	7,35	6,26	6,26
Bônus de Captação	10,60	10,34	10,31
Globais	11,45	11,03	10,97
Euros	10,15	9,86	9,80
Demais	6,31	5,78	5,73

* Custo Médio em dólares.

Em maio, o custo médio em dólares da dívida mobiliária externa permaneceu praticamente constante em relação ao mês anterior.

Quanto ao custo médio em dólares da dívida mobiliária externa, verificou-se pequena elevação em relação ao mês anterior. O fato deve-se à mudança de composição que vem ocorrendo na dívida mobiliária externa, com o aumento da participação dos bônus de captação no estoque da dívida, que possuem, em média, taxas de juros maiores que os bônus de renegociação. Entretanto, observando apenas os bônus de captação, o custo médio, no mês, reduziu-se em decorrência das emissões ocorridas apresentarem taxas de juros inferiores ao custo médio em abril de 2001.

Anexos

Tabelas do Resultado Fiscal

- **Tabela A1** – Resultado Primário do Governo Central
- **Tabela A2** – Execução Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional
- **Tabela A3** – Relacionamento Tesouro/Banco Central
- **Tabela A4** – Operações Oficiais de Crédito

Tabelas da Dívida Líquida (Informação dos 12 meses anteriores)

- **Tabela A5** – Dívida Líquida do Tesouro Nacional (em mercado)
- **Tabela A6** – Dívida Externa do Tesouro Nacional
- **Tabela A7** – Dívida Pública Mobiliária Federal
- **Tabela A8** – Dívida Líquida dos Fundos, Autarquias e Fundações

Boletins de Transferências para Estados e Municípios

- Boletim FPE/FPM
- Boletim Fundef

TABELA A1 - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)

R\$ milhões

	Mai/2000	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai/2001
I. RECEITA TOTAL	19.316,7	18.200,1	18.627,6	20.779,0	18.853,5	19.979,1	20.148,6	25.618,8	22.692,7	18.472,1	21.642,8	24.666,2	23.404,5
I.1. Receitas do Tesouro	14.944,5	13.780,4	14.081,0	16.117,3	14.352,9	15.483,9	15.631,3	17.948,6	18.073,2	13.692,4	16.995,4	19.883,8	18.486,0
I.1.1 Receita Bruta	15.196,4	14.960,2	15.312,1	17.737,8	14.745,3	16.123,5	16.069,0	18.479,9	18.440,0	14.040,5	17.277,6	20.079,7	18.607,3
- Impostos	6.533,5	6.824,3	7.290,9	7.178,6	6.965,8	7.424,9	7.365,2	9.169,3	8.718,7	6.378,4	7.607,4	8.454,6	7.956,2
- Contribuições	6.338,7	6.503,5	6.402,0	6.679,6	6.598,9	7.293,4	7.620,0	7.732,4	8.069,5	6.514,6	7.116,4	7.660,5	7.614,2
- Demais	2.324,2	1.632,4	1.619,2	3.879,6	1.180,6	1.405,2	1.083,8	1.578,1	1.651,9	1.147,6	2.553,8	3.964,6	3.036,9
I.1.2. (-) Restituições	-179,0	-1.127,2	-1.143,6	-1.508,0	-327,5	-568,4	-367,9	-459,6	-314,1	-291,7	-253,0	-132,4	-104,1
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	-72,9	-52,6	-87,6	-112,6	-64,9	-71,3	-69,7	-71,7	-52,8	-56,4	-29,2	-63,5	-17,1
I.2. Receitas da Previdência Social	4.372,2	4.419,7	4.546,6	4.661,7	4.500,6	4.495,2	4.517,3	7.670,2	4.619,6	4.779,7	4.647,4	4.782,3	4.918,4
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	3.446,3	2.943,9	3.238,8	3.380,0	3.286,4	3.287,0	3.724,6	3.619,0	4.357,6	3.820,5	3.319,4	3.632,5	4.305,2
II.1. Transferências Constitucionais	2.732,5	2.252,1	2.142,5	2.385,8	2.404,4	2.545,3	2.754,4	3.088,3	3.541,4	2.909,5	2.562,5	3.008,6	3.363,1
II.2. Lei Complementar 87/96	292,6	274,0	274,7	551,6	481,3	389,7	292,4	195,0	298,7	298,7	298,7	298,5	298,5
II.3. Demais	421,2	417,7	821,6	442,6	400,8	352,1	677,8	335,7	517,5	612,3	458,3	325,5	643,6
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	15.870,4	15.256,2	15.388,8	17.399,0	15.567,0	16.692,0	16.424,0	21.999,8	18.335,1	14.651,6	18.323,4	21.033,6	19.099,3
IV. DESPESA TOTAL	12.903,7	13.671,7	14.973,6	14.100,9	13.940,9	15.616,8	15.082,0	23.844,5	15.738,4	13.997,5	14.655,6	14.346,2	15.553,5
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	4.194,0	4.486,5	5.111,5	4.175,0	4.221,5	4.326,1	4.441,2	6.725,7	5.952,0	4.912,4	4.781,3	4.862,6	4.751,4
IV.1.1. INSS	235,7	275,8	318,3	224,8	254,2	263,0	263,6	409,5	310,6	243,0	242,9	236,3	235,2
IV.1.2. Demais	3.958,3	4.210,8	4.793,2	3.950,2	3.967,3	4.063,1	4.177,6	6.316,1	5.641,4	4.669,4	4.538,3	4.626,3	4.516,2
IV.2. Benefícios Previdenciários	4.995,4	5.056,7	5.199,7	5.260,5	5.334,2	5.405,5	5.885,5	9.715,0	5.260,0	5.301,8	5.448,1	5.464,8	5.798,1
IV.3. Custeio e Capital	3.714,3	4.128,5	4.662,4	4.665,4	4.385,1	5.885,2	4.755,4	7.403,9	4.526,3	3.783,3	4.426,3	4.018,8	5.004,1
IV.3.1. Despesa do FAT	627,7	374,4	506,2	558,9	472,9	555,1	344,9	430,9	424,2	322,8	604,9	312,2	637,2
- Abono e Seguro Desemprego	604,5	337,6	462,0	502,1	437,0	482,5	226,3	381,7	380,7	269,8	473,3	178,9	583,7
- Demais Despesas do FAT	23,3	36,8	44,1	56,8	36,0	72,5	118,6	49,2	43,5	53,0	131,6	133,3	53,5
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	213,7	136,1	235,4	364,2	265,5	1.287,5	219,7	372,2	200,1	335,6	346,5	205,1	356,2
- Operações Oficiais de Crédito	118,4	63,1	150,7	336,6	214,2	1.237,6	123,2	329,1	100,7	235,5	271,0	118,8	278,2
- Subvenções aos Fundos Regionais	95,3	73,0	84,7	27,6	51,3	49,9	96,5	43,1	99,5	100,1	75,5	86,3	78,0
IV.3.3. Outras Despesas de Custeio e Capital	2.872,8	3.618,0	3.920,8	3.742,3	3.646,6	4.042,7	4.190,8	6.600,8	3.901,9	3.124,9	3.474,9	3.501,5	4.010,8
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO FEDERAL (III - IV)	2.966,7	1.584,5	415,2	3.298,1	1.626,2	1.075,2	1.342,0	-1.844,7	2.596,7	654,1	3.667,8	6.687,4	3.545,8
V.1. Tesouro Nacional	3.589,9	2.221,6	1.068,4	3.896,9	2.459,9	1.985,6	2.710,2	200,1	3.237,2	1.176,2	4.468,4	7.369,8	4.425,4
V.2. Previdência Social (RGPS) (1)	-623,2	-637,0	-653,1	-598,8	-833,7	-910,4	-1.368,2	-2.044,8	-640,5	-522,1	-800,6	-682,4	-879,7
VI. RESULTADO PRIMÁRIO BANCO CENTRAL (2)	-82,2	59,8	-55,2	-24,2	0,3	-45,7	-26,1	-106,8	-30,3	-73,5	-43,3	-76,5	-57,0
VII. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (V + VI)	2.884,5	1.644,4	360,0	3.273,9	1.626,5	1.029,5	1.315,9	-1.951,5	2.566,5	580,6	3.624,5	6.610,9	3.488,7
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	305,2	151,3	37,0	1.379,9	142,9	-2.510,8	718,8	-621,4	63,2	475,8	257,0	-109,1	nd
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (3)	3.189,7	1.795,6	397,0	4.653,8	1.769,5	-1.481,3	2.034,7	-2.572,9	2.629,6	1.056,4	3.881,5	6.501,8	nd
X. JUROS NOMINAIS (3)	-6.548,5	-3.286,1	-2.682,2	-5.949,6	-2.927,4	-7.998,9	-6.330,2	-3.102,5	-6.769,1	-6.446,2	-8.201,4	-6.868,5	nd
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (3)	-3.358,7	-1.490,4	-2.285,2	-1.295,8	-1.157,9	-9.480,2	-4.295,5	-5.675,4	-4.139,5	-5.389,8	-4.320,0	-366,6	nd

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração.

(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários

(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias

(3) Pelo critério "abaixo-da-linha". Fonte: Banco Central do Brasil

TABELA A2 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOURO NACIONAL (*)

R\$ milhões

	Mai/2000	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai/2001
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	19.176,3	19.414,1	17.763,4	20.025,3	19.225,6	20.188,8	21.909,6	28.247,7	19.255,9	21.656,8	19.650,8	22.438,0	23.340,1
I.1 - Recolhimento Bruto	13.873,5	13.758,6	11.907,9	13.906,3	13.625,6	14.056,6	16.226,4	19.294,7	13.077,6	15.789,3	13.640,3	15.976,7	17.120,9
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	-72,9	-52,6	-87,6	-112,6	-72,9	-63,2	-69,7	-71,7	-52,8	-56,4	-29,2	-64,0	-16,6
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	520,3	725,7	507,6	1.035,6	659,0	1.151,2	652,9	723,3	597,2	658,3	752,3	1.279,6	705,2
I.4 - Receita das Operações de Crédito	161,9	148,9	483,1	150,6	137,9	199,8	166,8	238,6	557,2	116,5	268,8	106,2	225,1
I.5 - Receita do Salário Educação	107,9	104,0	108,1	103,7	118,8	118,8	113,9	113,9	169,2	109,6	119,5	124,7	109,9
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	4.581,4	4.725,2	4.840,6	4.937,7	4.752,8	4.720,7	4.813,7	7.940,9	4.902,5	5.034,7	4.895,2	5.010,0	5.189,1
I.5 - Remuneração de Disponibilidades - BB	4,1	4,3	3,6	3,9	4,4	4,9	5,7	8,2	4,9	4,7	4,0	4,8	6,6
II. DESPESAS	19.879,7	21.290,5	20.247,5	21.565,0	19.321,3	24.296,1	22.906,3	30.517,9	23.315,3	19.961,5	18.504,3	23.467,7	24.053,3
II.1 - Liberações Vinculadas	5.384,1	3.579,6	3.450,1	4.049,6	3.902,6	3.956,3	4.350,2	4.103,9	5.368,2	4.563,1	3.879,5	4.403,7	4.951,3
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	3.272,9	2.395,7	2.279,0	2.538,0	2.557,9	2.707,6	2.930,6	3.236,3	3.823,1	3.097,6	2.727,5	3.202,6	3.581,3
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	147,0	266,1	148,9	291,3	155,6	153,6	390,9	189,6	201,2	398,7	154,4	165,9	330,6
II.1.3 - Transferência da Lei Complementar 87	292,4	274,0	274,4	551,4	481,0	389,5	292,2	194,8	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5
II.1.4 - Outras Vinculações	1.671,9	643,9	747,7	668,8	708,1	705,6	736,5	483,2	1.045,4	768,3	699,2	736,7	740,9
II.2 - Liberações Ordinárias	14.495,6	17.710,9	16.797,3	17.515,4	15.418,6	20.339,8	18.556,2	26.413,9	17.947,1	15.398,4	14.624,7	19.064,1	19.102,1
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	4.195,0	5.203,5	4.780,2	4.221,9	4.303,6	4.298,1	4.495,1	7.763,5	5.703,6	4.759,6	4.895,5	4.871,9	5.240,9
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	650,0	1.026,6	670,8	802,7	652,8	3.489,2	936,6	925,7	641,1	1.043,7	438,4	3.645,4	367,0
i) Dívida Contratual Interna	184,2	217,7	217,2	205,0	250,9	715,9	164,2	233,1	210,1	60,7	27,6	128,5	120,6
ii) Dívida Contratual Externa	465,9	808,8	453,6	597,8	401,9	2.773,3	772,5	692,6	431,0	983,0	410,8	3.516,9	246,3
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	1.597,4	2.019,6	2.416,2	3.755,7	1.559,4	3.031,7	3.032,6	883,5	2.974,8	1.667,7	-229,2	1.286,0	3.305,0
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	5.061,5	5.239,3	5.611,7	4.886,9	5.234,0	5.295,5	6.327,1	9.765,9	5.691,8	5.148,9	5.128,9	5.753,3	6.015,8
II.2.5 - Custeio e Investimento	2.782,9	4.089,8	3.124,7	3.354,5	3.402,8	4.030,9	3.561,7	6.538,6	2.586,6	2.431,1	4.014,5	3.310,3	3.779,8
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	208,7	132,1	193,7	493,8	266,0	194,5	203,0	536,6	349,1	347,5	376,6	197,2	393,6
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)	-703,4	-1.876,4	-2.484,1	-1.539,7	-95,7	-4.107,3	-996,7	-2.270,1	-4.059,4	1.695,3	1.146,5	-1.029,7	-713,3
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	16.439,7	15.811,7	22.163,8	30.527,6	14.141,3	20.692,9	19.875,1	12.911,1	34.003,7	8.861,0	6.158,4	12.014,2	21.441,7
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	16.087,6	14.097,9	17.586,4	23.875,6	12.370,3	17.294,1	12.213,4	9.669,4	28.452,0	7.781,2	5.209,9	10.268,5	20.928,9
IV.2 - Outras Operações de Crédito	352,1	1.713,9	4.577,5	6.652,0	1.771,0	3.398,7	7.661,7	3.241,7	5.551,7	1.079,8	948,5	1.745,6	512,8
V. DESPESAS	22.969,0	17.602,6	19.567,4	33.758,3	17.231,4	25.669,2	28.745,1	6.217,3	22.231,7	7.799,7	929,3	9.712,6	422,1
V.1 - Resgate de Títulos - Mercado	22.328,4	14.788,4	18.433,6	33.175,8	16.492,4	23.461,6	28.037,7	3.268,2	20.587,7	7.156,7	-145,2	8.424,4	41,0
V.2 - Amortização da Dívida Contratual	640,6	2.814,2	1.133,9	582,5	738,9	2.207,5	707,4	2.949,1	1.644,1	643,0	1.074,5	1.288,1	381,2
V.2.1 - Dívida Interna	478,9	326,6	347,6	310,7	460,7	1.716,7	417,3	341,1	1.562,8	220,7	37,4	207,4	167,1
V.2.2 - Dívida Externa	161,7	2.487,6	786,3	271,8	278,3	490,9	290,1	2.608,0	81,3	422,3	1.037,1	1.080,8	214,0
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)	-6.240,8	-690,6	-847,2	-9.300,2	-4.122,1	-6.167,5	-15.824,3	6.401,2	7.864,3	624,5	5.355,1	1.844,1	20.888,0
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	11.821,8	7.949,5	13.968,7	3.561,8	1.315,5	-4.582,6	2.417,2	6.516,4	-13.540,2	1.840,3	3.539,0	695,4	6.154,1
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)	4.589,1	4.282,2	14.081,0	-1.208,6	-1.870,3	-13.666,2	-7.449,5	10.940,1	-5.827,7	4.596,9	9.914,6	1.967,3	26.460,3

TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOIRO/BANCO CENTRAL

R\$ milhões

	Mai/2000	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai/2001
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	25.117,0	12.869,5	18.329,1	8.066,8	4.454,1	1.222,6	6.851,1	10.198,7	3.384,4	6.362,0	3.943,3	2.617,7	10.674,0
I.1. Emissão de Títulos	24.383,0	12.102,6	17.393,5	7.070,3	3.065,7	0,0	5.807,5	9.099,6	2.407,2	5.152,9	2.823,1	0,0	9.137,6
I.2. Remuneração das Disponibilidades	660,0	686,2	868,5	934,6	1.315,6	1.156,7	990,1	1.076,4	952,2	1.161,8	1.052,5	1.362,0	1.448,4
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	73,9	80,7	67,1	62,0	72,9	65,9	53,5	22,7	24,9	47,3	67,7	118,1	87,9
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1.137,6	0,0
II. DESPESAS NO BACEN	13.295,2	4.920,0	4.360,4	4.505,1	3.138,7	5.805,2	4.433,9	3.682,3	16.924,6	4.521,7	404,4	1.922,3	4.519,9
II.1. Resgate de Títulos	12.896,5	4.757,1	4.151,6	4.266,3	2.959,6	5.384,6	4.053,4	3.346,6	16.137,6	4.265,8	175,4	1.658,1	4.019,6
II.2. Encargos da DPMF	398,7	162,9	208,9	238,7	179,1	420,6	380,5	335,7	787,0	255,8	229,0	264,2	500,3
III. RESULTADO (I - II)	11.821,8	7.949,5	13.968,7	3.561,8	1.315,5	-4.582,6	2.417,2	6.516,4	-13.540,2	1.840,3	3.539,0	695,4	6.154,1

TABELA A4 - OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO

R\$ milhões

	Mai/2000	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai/2001
I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO	9,9	10,6	8,0	6,5	5,5	8,4	11,7	14,4	15,1	16,0	14,3	17,2	14,3
II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL	0,0	0,0	0,0	6,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	21,0	0,0	0,0	0,0
III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS	39,4	4,6	42,2	245,8	63,8	53,5	37,1	15,5	-6,2	33,8	125,8	22,3	95,2
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,2	0,2	0,1	0,2	0,2	0,3	0,3	0,2	0,2	0,3	0,2	0,2	0,0
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	39,2	4,3	41,3	235,6	59,1	31,2	13,6	-6,2	-24,4	33,6	115,2	16,6	88,9
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	0,0	0,0	0,7	10,0	4,4	22,1	23,3	21,5	18,0	0,0	10,5	5,4	6,3
IV. EQUALIZAÇÃO PRONAF	19,0	21,3	40,4	59,2	19,7	15,6	18,5	19,4	36,2	51,3	19,7	21,5	21,7
V. EQUALIZAÇÃO PROEX	50,1	26,6	60,2	18,6	125,2	34,7	55,9	268,5	55,5	113,5	111,2	57,8	124,7
VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	11,3	0,0	0,0	0,0	0,0	22,4
VII. TOTAL	118,4	63,1	150,7	336,6	214,2	112,1	123,2	329,1	100,7	235,5	271,0	118,8	278,2

TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO MERCADO (*)

R\$ milhões

	Mai/2000	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai/2001
I. DÍVIDA INTERNA	104.762,5	106.491,1	105.926,7	100.978,1	102.723,2	99.908,4	93.658,8	100.172,0	91.832,2	90.389,6	94.209,2	97.744,4	84.968,9
Dívida Mobiliária em Mercado- DPMF	385.053,5	390.144,3	392.328,1	392.672,8	399.816,7	402.309,9	397.808,4	398.862,8	399.958,7	399.951,7	408.568,7	412.342,9	406.385,9
Dívida Bancária	39.851,4	39.887,2	39.964,4	40.065,0	40.205,1	40.227,1	40.317,3	40.343,3	40.270,5	40.301,7	40.239,1	40.269,1	40.276,5
Dívida Securitizada (Exceto CVS)	23.391,7	23.472,1	23.923,0	21.391,3	21.134,8	18.901,9	18.755,8	18.739,6	17.574,2	17.137,5	17.031,8	16.551,2	15.514,3
CVS	8.213,4	8.260,5	8.261,4	6.641,2	6.680,3	6.752,7	6.733,3	6.733,7	6.807,9	6.810,6	6.841,9	9.420,8	9.400,6
Títulos da Dívida Agrária -TDA	3.096,0	2.766,6	2.767,9	2.732,0	2.702,8	2.638,3	2.610,2	2.550,9	2.531,1	2.515,5	2.505,8	2.488,5	2.468,8
Certificados de Privatização	40,9	40,6	38,8	38,9	38,9	38,9	39,0	39,0	39,1	39,1	39,2	39,2	39,3
INSS	-9.721,6	-9.799,6	-9.890,4	-9.983,7	-10.124,4	-10.194,2	-10.231,9	-10.244,6	-10.322,5	-10.373,1	-10.408,4	-10.491,3	-10.609,8
Lei 7.976/89	-10.334,9	-10.006,2	-9.772,4	-9.896,7	-9.964,5	-10.227,5	-10.324,1	-10.058,1	-10.024,3	-10.286,5	-10.676,3	-10.886,3	-11.434,7
Bônus Renegociação	-16.009,3	-16.295,6	-17.414,0	-17.922,9	-18.179,5	-18.231,6	-18.726,5	-18.667,6	-18.946,2	-19.733,8	-20.801,1	-20.033,5	-20.223,3
Lei 8.727/93	-43.814,1	-43.866,5	-43.968,5	-44.098,9	-44.283,3	-44.330,5	-44.441,0	-44.482,5	-44.424,9	-44.472,2	-44.415,0	-44.461,6	-44.493,1
Lei 9.496/97	-127.930,2	-129.701,0	-128.906,8	-132.694,3	-135.812,2	-135.339,5	-136.013,8	-136.730,7	-137.915,3	-138.469,8	-139.139,9	-140.470,6	-142.313,4
Renegociação de Dívidas dos Municípios Recebíveis das Estatais	-16.115,5	-16.804,4	-17.048,1	-17.442,2	-17.825,2	-17.915,9	-17.999,7	-18.099,6	-18.275,5	-18.374,5	-18.435,3	-18.579,5	-18.795,5
Outros	-24.070,3	-23.868,4	-23.786,0	-24.269,1	-24.141,9	-23.877,1	-23.855,6	-23.533,2	-23.687,9	-23.826,4	-24.162,5	-24.177,1	-24.249,6
Fat	-49.000,8	-49.547,5	-50.894,2	-51.229,7	-51.472,5	-52.376,9	-53.248,2	-53.602,7	-55.475,2	-56.270,6	-57.038,6	-57.337,7	-57.844,2
Demais Entidades	-19.519,0	-20.197,4	-20.466,6	-20.825,6	-21.148,6	-21.576,8	-22.241,1	-22.508,8	-22.873,6	-23.148,2	-22.657,4	-22.595,8	-23.194,1
Créditos das Operações Oficiais	-9.357,2	-9.449,5	-9.415,4	-9.972,6	-10.242,4	-10.534,8	-9.869,7	-10.005,1	-10.134,1	-10.399,2	-10.876,5	-11.102,4	-11.814,8
Arrecadação a Recolher	-2.729,0	-2.297,0	-3.584,0	-2.624,0	-2.438,0	-3.707,0	-2.768,0	-292,0	-4.491,0	-1.919,0	-2.540,0	-3.193,0	-3.496,0
II. DÍVIDA EXTERNA	126.988,9	124.339,1	124.694,2	127.380,5	128.306,1	133.193,0	135.948,3	137.180,9	142.277,3	147.147,9	153.417,7	158.534,4	173.755,5
Dívida Mobiliária	97.257,6	94.501,7	95.198,3	97.331,3	97.784,9	101.421,9	103.813,1	105.519,3	109.393,3	113.217,2	118.261,8	121.242,3	133.688,2
Títulos Depositados em Garantias	-4.506,1	-4.504,1	-4.542,8	-4.816,4	-4.707,2	-4.368,6	-4.589,5	-4.674,9	-4.686,8	-4.953,6	-5.140,5	-3.416,7	-3.795,4
Dívida Contratual	35.073,3	35.290,8	34.990,8	35.841,9	36.092,9	37.028,8	37.711,1	37.274,7	38.482,2	39.811,3	41.284,3	41.695,1	44.865,0
Disponibilidades	-835,8	-949,3	-952,1	-976,3	-864,5	-889,0	-986,3	-938,2	-911,4	-926,9	-988,0	-986,2	-1.002,3
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	231.751,4	230.830,1	230.620,9	228.358,6	231.029,3	233.101,4	229.607,1	237.352,9	234.109,6	237.537,6	247.626,9	256.278,7	258.724,4
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	22,8%	22,4%	22,1%	21,6%	21,8%	21,8%	21,3%	21,8%	21,3%	21,4%	22,1%	22,6%	22,6%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A6 - DÍVIDA EXTERNA DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Mai/2000	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai/2001
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	97.257,6	94.501,7	95.198,3	97.331,3	97.784,9	101.421,9	103.813,1	105.519,3	109.393,3	113.217,2	118.261,8	121.242,3	133.688,2
I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO	61.682,3	59.296,8	57.728,5	49.463,2	49.732,6	50.797,5	51.888,0	51.776,8	50.562,2	52.374,7	50.674,6	50.355,9	54.396,4
Brazil Investment Bond (BIB)	1.455,1	1.434,0	1.348,8	1.246,4	981,9	1.016,7	788,9	787,2	793,6	823,4	836,8	845,7	913,6
Interest Due and Unpaid (IDU)	3.018,5	1.487,3	1.466,5	1.506,6	1.523,4	1.577,4	1.619,2	1.615,7	-	-	-	-	-
Par Bond (PB)	6.602,2	6.506,1	6.415,0	5.427,3	5.487,7	5.682,1	5.832,7	5.820,2	5.866,9	5.999,2	4.866,6	4.918,7	5.313,3
Discount Bond (DB)	6.853,7	6.753,9	6.659,4	6.247,7	6.317,3	6.541,1	6.714,4	6.700,0	6.753,8	7.007,7	4.899,6	4.952,0	5.349,4
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	3.018,8	2.974,9	2.787,7	1.163,4	1.176,3	1.218,0	1.250,3	1.247,6	1.257,6	1.304,9	1.379,2	1.393,9	1.505,7
Front-Loaded Interest Reduction Bond with Capitalization (C-Bond)	14.965,6	14.747,7	14.541,2	12.859,2	13.002,3	13.110,2	13.457,7	13.428,9	13.536,7	14.045,6	14.280,3	14.432,9	15.591,0
Debt Conversion Bond (DCB)	14.594,1	14.381,6	14.180,2	11.631,8	11.758,3	12.174,8	12.496,3	12.469,5	12.568,0	13.040,5	13.680,7	13.826,9	14.936,4
New Money Bond (NMB)	4.089,9	4.030,3	3.776,5	3.271,7	3.308,1	3.425,2	3.516,0	3.508,5	3.536,7	3.669,6	3.878,5	3.689,3	3.985,4
Eligible Interest (EI)	7.084,2	6.981,1	6.553,2	6.109,1	6.177,1	6.052,0	6.212,4	6.199,1	6.248,9	6.483,8	6.852,8	6.296,4	6.801,6
I.2. BÔNUS CAPTAÇÃO	35.575,3	35.204,9	37.469,8	47.868,2	48.052,3	50.624,3	51.925,1	53.742,5	58.831,1	60.842,5	67.587,2	70.886,4	79.291,7
Bônus Samurai	507,7	508,7	485,7	511,9	510,6	524,1	531,3	511,5	507,0	522,0	-	-	-
Bônus Global	1.370,0	1.350,0	1.331,1	1.367,6	1.382,8	1.431,8	1.469,7	1.466,6	1.478,3	1.533,9	1.621,2	1.638,5	1.770,0
Bônus Marco Alemão 2007	908,0	894,8	882,2	906,4	916,5	948,9	873,9	939,7	940,7	965,1	976,3	990,6	1.021,0
Bônus Parallel Franco	261,0	261,5	250,6	246,8	248,2	246,9	260,6	280,2	280,5	287,8	291,1	295,4	304,4
Bônus Parallel Florim	310,8	311,4	298,4	293,9	295,5	294,0	310,3	333,6	334,0	342,6	346,6	351,7	362,5
Bônus Parallel Xelim	257,7	253,9	250,4	257,2	260,1	269,3	248,4	267,1	267,4	274,4	277,5	281,6	290,3
Bônus Global 2027	6.393,1	6.300,0	6.211,8	6.381,9	6.453,0	6.681,5	6.858,6	6.843,9	6.898,9	7.158,2	7.565,6	7.646,5	8.260,0
Bônus EuroIra	687,9	677,8	668,3	686,6	694,3	718,9	662,0	711,9	712,6	731,1	739,6	750,4	773,5
Bônus Eurosterling 2007	412,0	410,2	399,6	396,5	408,7	415,4	419,6	438,7	433,1	443,6	463,5	469,8	502,7
Bônus Euro 2003	857,8	859,5	823,6	811,2	815,8	811,6	856,5	920,9	921,9	945,8	956,8	970,8	1.000,7
Bônus Global 2008	681,0	671,1	661,7	679,8	687,4	711,7	655,5	704,8	705,5	723,8	732,2	743,0	765,8
Bônus Marco Alemão 2008	2.283,3	2.250,0	2.218,5	2.279,3	2.304,6	2.386,3	2.449,5	2.443,3	2.463,9	2.556,5	2.702,0	2.730,9	2.950,0
Bônus Global 2004	5.479,8	5.400,0	5.324,4	5.470,2	5.531,1	5.727,0	5.878,8	5.866,2	5.913,3	6.135,6	6.484,8	6.554,1	7.080,0
Bônus Euro 2002	1.372,5	1.375,2	1.317,7	1.297,9	1.305,3	1.298,6	1.370,4	1.473,4	1.475,0	1.513,2	1.530,8	1.553,3	1.601,1
Bônus Euro 2004	857,8	859,5	823,6	811,2	815,8	811,6	856,5	920,9	921,9	945,8	956,8	970,8	1.000,7
Bônus Global 2009	3.653,2	3.600,0	3.549,6	3.687,4	3.687,4	3.818,0	3.919,2	3.910,8	3.942,2	4.090,4	4.323,2	4.369,4	4.720,0
Bônus Euro 2006	1.201,0	1.203,3	1.153,0	1.424,2	1.142,1	1.136,3	1.199,1	1.289,2	1.290,6	1.324,1	1.339,5	1.359,1	1.400,9
Bônus Euro 2001	1.029,4	1.031,4	988,3	973,4	978,9	974,0	1.027,8	1.105,0	1.106,2	1.134,9	1.148,1	1.165,0	1.200,8
Bônus Global 2020	1.826,6	1.800,0	1.774,8	1.823,4	1.843,7	1.909,0	1.959,6	1.955,4	1.971,1	2.045,2	2.161,6	2.184,7	2.360,0
Bônus Euro 2010	1.286,8	1.289,2	1.235,3	1.216,8	1.223,7	1.217,5	1.284,7	1.381,3	1.382,8	1.418,6	1.435,2	1.456,2	1.501,0
Bônus Global 2030	2.922,6	2.880,0	2.839,7	2.917,4	2.949,9	3.054,4	3.135,4	3.128,6	3.153,8	3.272,3	3.458,6	3.495,5	3.776,0
Bônus Samurai 2003	1.015,5	1.017,5	971,5	1.023,9	1.021,1	1.048,3	1.062,6	1.023,0	1.014,0	1.044,0	1.046,5	1.059,3	1.186,6
Bônus Euro 2005	-	-	1.235,3	1.216,8	1.223,7	1.217,5	1.284,7	1.381,3	1.382,8	1.418,6	1.435,2	1.456,2	2.501,7
Bônus Global 2007	-	-	1.774,8	1.823,4	1.843,7	1.909,0	1.959,6	1.955,4	1.971,1	2.045,2	2.161,6	2.282,5	3.545,9
Bônus Global 2040	-	-	-	9.403,8	9.508,5	9.845,3	10.106,3	10.084,6	10.165,6	10.547,7	11.148,0	11.267,2	12.171,3
Bônus Euro 2007	-	-	-	-	-	1.217,5	1.284,7	1.381,3	1.382,8	1.418,6	1.435,2	1.456,2	1.501,0
Bônus Samurai 2006	-	-	-	-	-	-	-	1.023,0	1.014,0	1.044,0	1.046,5	1.059,3	1.186,6
Bônus Global 2006	-	-	-	-	-	-	-	-	2.956,7	3.067,8	3.242,4	3.277,1	3.540,0
Bônus Euro 2011	-	-	-	-	-	-	-	-	1.843,7	1.891,5	1.913,5	1.941,6	2.001,3
Bônus Global 2024	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.647,4	4.697,1	5.074,0
Bônus Samurai 2007	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.412,4	1.582,0
Bônus Global 2005	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.360,0
II. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-4.506,1	-4.504,1	-4.542,8	-4.816,4	-4.707,2	-4.368,6	-4.589,5	-4.674,9	-4.686,8	-4.953,6	-5.140,5	-3.416,7	-3.795,4
III. DÍVIDA CONTRATUAL	35.073,3	35.290,8	34.990,8	35.841,9	36.092,9	37.028,8	37.711,1	37.274,7	38.482,2	39.811,3	41.284,3	41.695,1	44.865,0
IV. DISPONIB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-835,8	-949,3	-952,1	-976,3	-864,5	-889,0	-986,3	-938,2	-911,4	-926,9	-988,0	-986,2	-1.002,3
V. TOTAL (I+II+III+IV)	126.988,9	124.339,1	124.694,2	127.380,5	128.306,1	133.193,0	135.948,3	137.180,9	142.277,3	147.147,9	153.417,7	158.534,4	173.755,5
DÍVIDA EXTERNA TOTAL/PIB	12,5%	12,1%	12,0%	12,1%	12,1%	12,4%	12,6%	12,6%	12,9%	13,3%	13,7%	14,0%	15,2%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A7 - DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL

R\$ milhões

	Mai/2000	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai/2001
DÍVIDA MOBILIÁRIA TOTAL	480.548,7	492.767,4	509.864,8	516.609,4	523.275,0	525.036,8	521.192,5	528.502,9	537.388,0	539.415,9	552.088,0	555.623,2	557.671,0
I. Dívida com Mercado	385.053,5	390.144,3	392.328,1	392.672,8	399.816,7	402.309,9	397.808,4	398.862,8	399.958,7	399.951,7	408.568,7	412.342,9	406.385,9
LTN	61.290,2	65.432,2	68.607,6	72.461,4	77.352,9	79.522,0	74.508,5	75.438,0	74.086,8	71.940,0	75.490,9	68.038,1	63.185,5
LFT	194.760,1	206.642,7	206.883,1	199.262,0	202.021,7	201.706,1	202.450,3	204.850,2	206.989,3	209.985,4	213.532,9	223.188,7	219.456,4
LFT-A	18.295,2	18.506,7	18.821,6	18.978,7	19.101,7	19.237,3	19.360,0	19.478,4	19.610,3	19.693,3	19.809,6	19.939,7	20.086,0
LFT-B	36.981,7	35.967,3	35.073,4	36.014,6	36.229,3	36.401,4	36.470,4	36.530,1	32.697,9	30.806,0	30.723,2	30.388,1	29.828,1
LFT-E	1.365,6	1.384,7	1.349,7	1.368,7	1.039,9	1.053,3	1.030,5	914,1	925,7	935,1	946,9	958,1	681,2
NTN-A	7.525,4	7.451,3	7.382,9	7.622,6	7.975,3	8.397,9	8.884,1	8.874,0	8.937,1	9.287,4	9.776,4	9.987,0	10.808,0
NTN-C	4.406,6	4.335,6	4.641,1	5.343,6	5.913,5	6.454,0	6.805,3	7.022,5	12.141,4	14.983,4	15.950,5	17.478,4	19.408,2
NTN-D	24.966,6	23.811,2	22.743,1	22.170,3	20.486,9	19.733,8	18.058,1	15.000,5	13.389,9	11.167,5	10.879,1	11.173,0	11.097,5
NTN-H	2.066,6	2.071,7	2.074,9	2.078,5	2.082,0	2.083,7	2.383,3	2.386,4	2.388,3	2.390,5	2.407,9	2.086,1	2.089,6
NTN-I	1.288,9	1.302,3	1.331,1	1.321,9	1.292,9	1.449,5	1.528,3	1.782,7	1.773,8	1.798,5	1.860,4	1.860,9	2.026,2
NTN-P	10.720,8	10.690,1	10.760,3	10.834,6	10.927,2	10.999,0	11.042,5	11.109,3	11.178,8	11.234,8	11.308,7	11.379,8	11.442,9
NTN-S	8.847,4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CFT-A	8.633,2	8.610,8	8.796,1	11.282,0	11.418,5	11.353,9	11.306,7	11.418,6	11.699,3	11.528,2	11.504,2	11.524,3	11.589,3
CFT-D	2.088,1	2.024,5	1.961,0	1.948,5	1.960,6	1.967,4	1.963,5	1.948,0	1.985,3	2.036,9	2.145,7	2.147,3	2.407,3
Demais	1.816,8	1.913,2	1.902,4	1.985,5	2.014,3	1.950,5	2.016,9	2.110,0	2.154,7	2.164,6	2.232,3	2.193,3	2.279,7
II. Dívida com BACEN	95.495,3	102.623,1	117.536,7	123.936,6	123.458,3	122.726,9	123.384,0	129.640,1	137.429,3	139.464,3	143.519,3	143.280,3	151.285,1
LTN	27.859,9	27.400,9	34.293,2	39.910,4	39.043,9	37.594,7	34.414,4	37.245,7	28.589,8	29.623,2	31.764,0	31.165,2	32.689,6
LFT	9.601,5	16.902,2	24.053,6	24.348,5	24.332,9	24.620,2	28.081,3	31.186,1	34.546,3	34.416,7	35.478,9	35.407,7	39.941,1
LFT-A	56.269,8	56.689,1	57.060,9	57.490,4	57.814,5	58.176,5	58.497,6	58.804,7	59.151,7	59.592,4	59.688,5	59.983,3	60.367,6
NTN-A	1.760,1	1.626,8	1.528,3	1.584,3	1.663,0	1.730,4	1.784,9	1.797,1	1.794,9	1.890,0	1.824,4	1.826,0	1.837,8
NTN-D	-	-	-	-	-	-	-	-	12.739,3	13.335,3	14.156,3	14.290,7	15.840,5
Demais	4,0	4,0	600,6	603,0	603,9	605,2	605,9	606,5	607,3	606,6	607,3	607,5	608,5
Dívida Mercado/PIB	37,9%	37,9%	37,6%	37,2%	37,7%	37,6%	36,8%	36,6%	36,3%	36,1%	36,5%	36,4%	35,5%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A8 - DÍVIDA LÍQUIDA DOS FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES

R\$ milhões

	Mai/2000	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai/2001
I. INTERNA	-68.519,7	-69.744,9	-71.360,8	-72.055,3	-72.621,2	-73.953,7	-75.489,3	-76.111,5	-78.348,8	-79.418,8	-79.696,0	-79.933,5	-81.038,2
Dívida contratual	625,2	627,9	622,2	622,2	628,4	638,7	638,4	714,0	832,0	861,9	878,1	881,0	913,5
FAT	-49.000,8	-49.547,5	-50.894,2	-51.229,7	-51.472,5	-52.376,9	-53.248,2	-53.602,7	-55.475,2	-56.270,6	-57.038,6	-57.337,7	-57.844,2
Aplicações financeiras	-2.322,5	-2.603,7	-2.693,2	-2.781,0	-2.750,6	-2.858,9	-2.383,0	-2.388,7	-2.486,8	-2.601,4	-2.694,8	-2.450,5	-2.565,8
Fundos Regionais	-12.069,6	-12.245,6	-12.397,4	-12.623,3	-12.828,6	-13.040,8	-13.222,0	-13.429,8	-13.711,4	-13.900,9	-14.093,3	-14.305,3	-14.551,4
Demais	-5.752,1	-5.976,0	-5.998,2	-6.043,6	-6.197,8	-6.315,8	-7.274,4	-7.404,2	-7.507,4	-7.507,8	-6.747,4	-6.721,1	-6.990,4
II. EXTERNA	-835,8	-949,3	-952,1	-976,3	-864,5	-889,0	-986,3	-938,2	-911,4	-926,9	-988,0	-986,2	-1.002,3
Disponibilidades	-835,8	-949,3	-952,1	-976,3	-864,5	-889,0	-986,3	-938,2	-911,4	-926,9	-988,0	-986,2	-1.002,3
III. DÍVIDA LÍQUIDA (I+II)	-69.355,5	-70.694,1	-72.312,9	-73.031,6	-73.485,7	-74.842,7	-76.475,6	-77.049,8	-79.260,2	-80.345,7	-80.684,0	-80.919,8	-82.040,5
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	-6,8%	-6,9%	-6,9%	-6,9%	-6,9%	-7,0%	-7,1%	-7,1%	-7,2%	-7,2%	-7,2%	-7,1%	-7,2%

(-) Haver (+) Obrigação

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

COMENTÁRIOS

Os repasses aos Fundos de Participação, em maio, foram 12,4% maiores que os valores distribuídos no mês de abril/2001. Contribuiu para esse resultado, o pagamento no último decêndio de abril (base de cálculo da 1ª cota de maio), da cota única ou 1ª cota do Imposto de Renda — Pessoas Jurídicas, referente ao Balanço Trimestral (apurado em março), como também o pagamento do Imposto de Renda — Pessoas Físicas, por conta da declaração de ajuste — ano 2000.

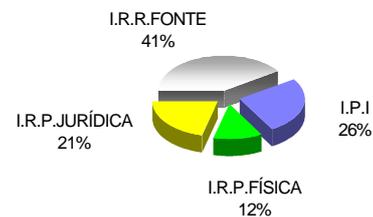
Em relação ao mesmo mês de 2000, o FPM e o FPE apresentaram um acréscimo nominal de 23,3%. A expectativa é de que no ano de 2001, o FPM e o FPE tenham, em relação ao ano de 2000, um crescimento de 8,0%, em termos nominais.

As transferências por conta do IPI apresentaram, em maio, acréscimo de 0,5% em comparação aos valores transferidos no mês de abril/2001. Relativamente a maio/00, observou-se um aumento nominal de 19,0%. A estimativa anual de variação do IPI em relação a 2000 é, em termos nominais, de um crescimento de 7,0%.

COMPOSIÇÃO DOS FUNDOS

Em maio, os percentuais de composição, por tributo, foram os seguintes:

BASE DE CÁLCULO DO FPM/FPE/FNO/FNE/FCO



DISTRIBUIÇÃO NOS DECÊNDIOS

Os percentuais de cada cota decencial, em relação ao total do mês, estão representados nos gráficos abaixo:

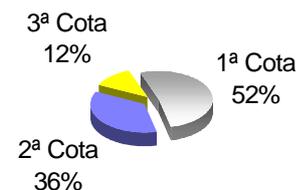
DISTRIBUIÇÃO DO FPM/FPE

ANO	FPM * (R\$ Milhões)			VARIÇÃO NOMINAL(%)		
	MAI	ABR	JAN A MAI	MAI/01 ABR/01	MAI/01 MAI/00	JAN A MAI/01 JAN A MAI/00
2000	1.327,1	1.387,5	6.631,1	-	-	-
2001	1.636,2	1.455,3	7.471,5	+12,4%	+23,3%	+ 12,6%

ANO	FPE * (R\$ Milhões)			VARIÇÃO NOMINAL(%)		
	MAI	ABR	JAN A MAI	MAI/01 ABR/01	MAI/01 MAI/00	JAN A ABR/01 JAN A ABR/00
2000	1.268,1	1.325,8	6.282,7	-	-	-
2001	1.563,5	1.390,6	7.139,5	+ 12,4%	+23,3%	+ 13,6%

(*) Não excluídos 15% para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério-FUNDEF

FPE/FPM/FNE/FNO/FCO

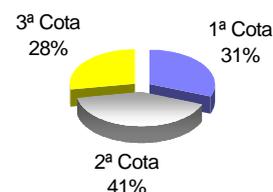


PREVISTO X REALIZADO

De acordo com a Portaria STN 611/00, de 18.12.00 (DOU de 21.12.00) os créditos no mês de **maio** foram efetuados nas seguintes datas: **10/05, 18/05 e 30/05**. O quadro abaixo mostra a variação estimada dos fundos, divulgada pela STN, e o percentual efetivamente realizado.

Mês	FPE		FPM		IPI-EXP	
	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.
ABR	+ 5,0 %	+ 12,4 %	+ 5,0 %	+ 12,4 %	- 5,0 %	+ 0,5 %

IPI-EXP



DEMONSTRAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do IPI e do IR no período de 21 de abril a 20 de maio, conforme demonstrativo abaixo: **R\$ Milhões**

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida Realizada (Competência)			Receita Classificada (Caixa)	Base de Cálculo IPI+IR	Transferências Constitucionais			
	IPI	IR	IPI+IR			Valores Distribuídos			
						FPE (1)	FPM (1) (2)	IPI-EXP (1)	FUNDEF(3)
3º Dec./Abr.	504,9	3.274,6	3.779,5						
MAI/2001				MAI/2001	7.272,2	1.329,0	1.390,8	138,9	504,5
1º Dec./Mai.	675,8	1.929,0	2.604,8	3º Dec./Abr.	3.779,5	690,7	722,8	42,9	257,0
2º Dec./Mai.	453,1	434,7	887,9	1º Dec./Mai.	2.604,8	476,0	498,2	57,4	182,1
3º Dec./Mai.	534,4	2.496,8	3.031,2	2º Dec./Mai.	887,9	162,3	169,8	38,5	65,4

Obs.: Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta - Restituições - Incentivos Fiscais. Na arrecadação estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa). (1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Conforme decisão judicial, desde maio/99 o município de Recife (PE) não vem participando do FUNDEF, assim como os municípios paulistas de Diadema e Ribeirão Pires (desde o 3º decêndio de agosto/99), Irapuru (a partir do 1º decêndio de dezembro/99) e Santo Anastácio (a partir do 1º decêndio de janeiro/2000), e Ilha Solteira (a partir do segundo decêndio de abril/2000) e o município gaúcho de Campina das Missões (a partir do segundo decêndio de abril/2000). (3) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP.

DISTRIBUIÇÃO DOS FUNDOS (R\$ mil)

UF	FPM (1)	FPE (1)	IPIEXP (1)	FUNDEF UNIÃO (2)
AC	7.643,4	45.464,8	4,0	9.413,5
AL	32.994,9	55.287,4	54,5	16.488,2
AM	18.493,4	37.084,2	3.233,0	10.829,5
AP	5.259,1	45.345,2	33,2	9.118,0
BA	125.990,3	124.874,7	7.403,8	60.417,2
CE	71.123,3	97.506,8	1.533,8	32.779,6
DF	3.348,0	9.172,7	8,0	2.573,5
ES	24.738,9	19.934,9	7.184,8	11.069,7
GO	51.750,5	37.784,6	872,6	16.551,3
MA	56.219,1	95.929,3	2.109,7	38.037,6
MG	181.246,0	59.199,9	21.211,6	51.951,8
MS	21.149,5	17.702,2	534,1	7.503,2
MT	26.911,8	30.671,8	955,6	11.198,6
PA	50.539,3	81.228,0	7.188,3	32.639,3
PB	44.883,1	63.644,1	307,1	19.334,8
PE (3)	72.012,6	91.703,1	887,6	27.883,7
PI	34.461,5	57.431,1	153,2	18.736,4
PR	94.710,9	38.317,5	12.864,0	30.259,5
RJ	42.201,7	20.303,0	7.106,9	14.910,1
RN	34.428,9	55.524,0	378,0	16.097,3
RO	12.555,6	37.419,1	177,0	8.961,9
RR	5.505,6	32.968,3	6,1	6.807,7
RS	94.288,6	31.295,1	23.268,4	30.737,1
SC	54.632,8	17.008,4	13.499,9	16.632,7
SE	20.067,2	55.223,6	99,4	13.416,3
SP (4)	184.446,5	13.289,9	27.774,4	53.082,5
TO	21.171,2	57.678,2	23,2	13.953,9
TOTAL	1.392.773,9	1.328.991,9	138.872,1	581.384,9

(1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP./LC87/96 e Complementação da União. (3) O município de Recife não vem participando do FUNDEF, desde maio/99, conforme decisão judicial. (4) Pelo mesmo motivo, os municípios paulistas de Diadema e Ribeirão Pires, a partir do 3º decêndio de agosto, Irapuru, a partir do 1º decêndio de dezembro/99 e Santo Anastácio, desde o 1º decêndio de janeiro/2000, e desde o 2º decêndio de abril/2000, Ilha Solteira (SP) e Campina das Missões (RS) também deixaram de participar do FUNDEF.

ESTIMATIVA TRIMESTRAL

As previsões estão sujeitas a possíveis variações decorrentes do comportamento da arrecadação.

A expectativa de variação das Transferências Constitucionais para os próximos três meses é a seguinte:

Fundo	JUN/MAI	JUL/JUN	AGO/JUL
FPM	- 20,0%	- 13,0%	+ 16,0%
FPE	- 20,0%	- 13,0%	+ 16,0%
IPI-EXP	+ 3,0%	- 16,0%	+ 30,0%

OBS.: Previsão de acordo com os dados fornecidos pela SRF, sujeita a alterações.

ESTIMATIVA ANUAL

A estimativa de variação nominal das Transferências Constitucionais abaixo relacionadas, em relação a 2000, é a seguinte:

Fundo	2001/2000
FPM	+ 8,0 %
FPE	+ 8,0 %
IPI-EXP	+ 7,0 %

OBS.: Previsão de acordo com os dados fornecidos pela SRF, sujeita a alterações. Não inclui dedução para o FUNDEF (15%).

DATAS DE PUBLICAÇÃO

Em observância ao que determina o Art. 6º da Lei Complementar 62, de 28/12/89, os valores das Transferências Constitucionais distribuídos por Estado e Município foram publicados no Diário Oficial da União, Seção I, nas seguintes datas:

Mês	Data	Mês	Data
Jul/2000	30/08/00	Dez/2000	29/01/01
Ago/2000	27/09/00	Jan/2001	23/02/01
Set/2000	24/10/00	Fev/2001	23/03/01
Out/2000	23/11/00	Mar/2001	26/04/01
Nov/2000	27/12/00	Abr/2001	31/05/01

Coordenação-Geral de Programação Financeira - **COFIN**
 Fone: (061) 412.3122/3123/3124 Fax: (061) 412.3126
 Email: stndirev@fazenda.gov.br

MAIO/2001

COMPORTAMENTO NO MÊS

Os repasses para o FUNDEF no mês de maio apresentaram um crescimento de 18,3% quando comparados aos do mês anterior. Contribuiu para isso o melhor desempenho, em termos globais, dos recursos originários dos Fundos de Participação em 12,4% e dos recursos originários do ICMS em 22,6%.

R\$ Mil

Origens	Abril	Partic.	Maio	Partic.	Mai/ Abr
FPM	216.492,2	13,8%	243.402,3	13,1%	12,4%
FPE	208.709,2	13,3%	234.527,8	12,7%	12,4%
IPI-EXP	24.388,1	1,6%	24.503,0	1,3%	0,5%
LC 87/96 LC 102/00	44.616,5	2,8%	44.644,5	2,4%	0,1%
Compl. União	34.338,8	2,2%	34.307,4	1,9%	-0,1%
ICMS	1.037.058,9	66,2%	1.271.012,1	68,6%	22,6%
Total	1.565.603,7	100%	1.852.397,0	100%	18,3%

É importante observar que as variações acima são globais, por origem, e têm composição diferenciada em cada Estado.

PREVISÃO BIMESTRAL

UF	JUN/MAI	JUL/JUN	UG	JUN/MAI	JUL/JUN
AC	-23%	-10%	PB	-30%	-7%
AL	-22%	-8%	PR	-44%	-3%
AP	-31%	-9%	PE	-25%	-6%
AM	-38%	-6%	PI	-21%	19%
BA	-22%	27%	RJ	-26%	-1%
CE	-35%	5%	RN	-25%	-11%
DF	-20%	-10%	RS	-39%	-4%
ES	-5%	13%	RO	-45%	46%
GO	-24%	-4%	RR	-30%	-14%
MA	-25%	47%	SC	-33%	-4%
MT	-22%	5%	SP	-27%	-1%
MS	-29%	-4%	SE	-26%	-7%
MG	-26%	0%	TO	-26%	-8%
PA	-38%	33%			

Coordenação-Geral de Programação Financeira - **COFIN**
Fone: (61) 412.3121/3122/3123/3124 Fax: (61) 412.3126
Email: stndirev@fazenda.gov.br

DÚVIDAS SOBRE O FUNDEF

Com o objetivo de orientar as entidades envolvidas na implantação, distribuição e fiscalização do FUNDEF e sanar as dúvidas ainda existentes, o MEC disponibilizou vários canais de comunicação. As questões relativas ao Fundo podem ser encaminhadas diretamente ao Ministério da Educação:

- por meio do telefone FALA BRASIL: 0800-616161;
- por meio dos telefones (61) 321-9532; 321-7621, 410-8634, 410-8648 e 410-8663
- por meio do Fax (61) 225-8582
- por meio de E-mail: fundef@sef.mec.gov.br
- por correspondência endereçada ao:
Departamento de Acompanhamento do FUNDEF - SEF/MEC
Esplanada dos Ministérios, Bloco L 5º andar sala 500
70.047-900 – Brasília - DF

EXECUÇÃO DO FUNDEF ATÉ MAIO/2001

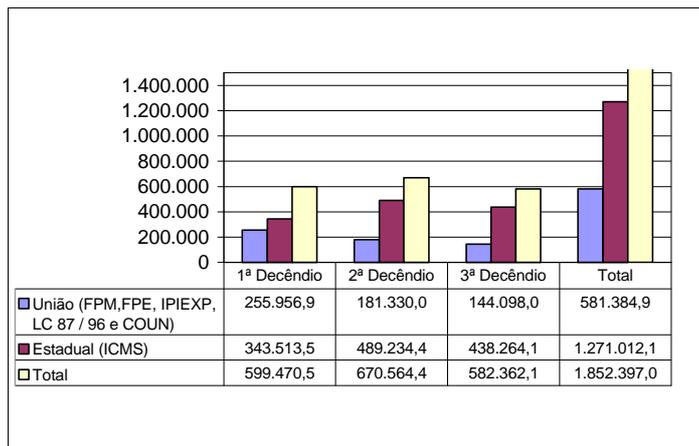
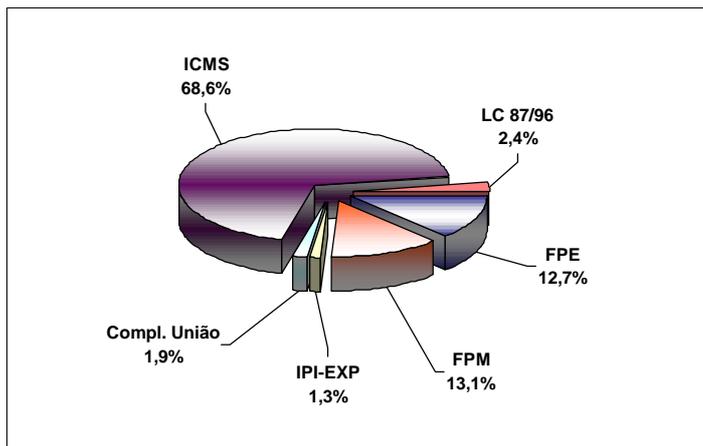
UF	Total Previsto (R\$mil)	Total Executado até Maio (R\$mil)	% Executa- do
AC	109.853,2	49.618,6	45%
AL	243.626,3	113.961,7	47%
AP	102.614,0	49.063,1	48%
AM	299.014,8	148.430,3	50%
BA	1.195.536,6	538.703,2	45%
CE	605.150,5	283.005,8	47%
DF (1)	155.168,4	12.306,7	8%
ES	375.588,4	161.111,0	43%
GO	459.744,6	226.266,7	49%
MA	533.836,5	226.302,9	42%
MT	274.637,5	130.223,5	47%
MS	208.140,1	106.479,8	51%
MG	1.617.517,1	781.797,3	48%
PA	526.464,5	245.732,7	47%
PB	306.867,2	148.208,1	48%
PR	829.120,7	417.377,5	50%
PE	595.101,9	274.257,8	46%
PI	260.470,4	114.165,2	44%
RJ	1.329.149,6	660.484,4	50%
RN	260.369,9	123.910,1	48%
RS	1.106.638,6	556.865,0	50%
RO	148.717,2	72.279,0	49%
RR	80.825,8	38.714,8	48%
SC	548.739,7	280.932,5	51%
SP	4.697.826,1	2.278.746,2	49%
SE	200.695,7	97.024,2	48%
TO	174.247,5	82.508,7	47%
TOTAL	17.245.662,8	6.363.881,5	37%

(1) Não há informação de distribuição da parcela de ICMS no período de janeiro a maio de 2001.

FUNDEF BRASIL POR ORIGEM

FUNDEF BRASIL POR DECÊNDIO

Os gráficos abaixo demonstram os valores do FUNDEF TOTAL, por origem, e a sua distribuição nos decêndios.



DISTRIBUIÇÃO DO FUNDEF POR ESTADO - MAIO/2001 (EM R\$ MIL)

Estados	Matrículas (1)	Origens						FUNDEF Total (3)	Média (em reais) por aluno	
		FPE	FPM	IPI-EXP	Compl. União (4)	LC 87/96	ICMS		No mês	Até o mês
AC	137.730	8.023,2	1.348,8	0,7	0,0	40,8	1.209,5	10.623,0	77,1	361,1
AL	667.007	9.756,6	5.822,6	9,6	523,2	376,2	7.845,1	24.333,3	36,5	170,9
AM	630.642	6.544,3	3.263,5	570,5	0,0	451,2	28.672,0	39.501,6	62,6	235,5
AP	116.231	8.002,1	928,1	5,9	0,0	182,0	2.365,1	11.483,1	98,8	422,9
BA	3.527.787	22.036,7	22.233,6	1.306,5	13.176,5	1.663,9	51.918,7	112.335,9	31,8	152,7
CE	1.698.971	17.207,1	12.551,2	270,7	2.021,5	729,2	36.363,5	69.143,2	40,7	165,9
DF(2)	321.563	1.618,7	590,8	1,4	0,0	362,5	0,0	2.573,5	8,0	36,3
ES	542.389	3.517,7	4.375,9	1.267,8	0,0	1.908,4	23.747,7	34.817,4	64,2	296,6
GO	1.044.232	6.667,9	9.132,0	153,9	0,0	597,5	30.876,2	47.427,5	45,4	216,7
MA	1.544.447	16.928,7	9.921,0	372,3	10.064,0	751,6	11.628,1	49.665,7	32,2	146,5
MG	3.433.497	10.447,0	31.984,5	3.743,2	0,0	5.777,0	113.199,5	165.151,2	48,1	227,6
MS	420.557	3.123,9	3.732,3	94,2	0,0	552,7	14.878,9	22.382,1	53,2	253,4
MT	576.334	5.412,7	4.749,1	168,6	0,0	868,1	14.552,2	25.750,8	44,7	226,1
PA	1.546.627	14.334,4	8.918,7	1.268,5	6.164,2	1.953,6	27.107,3	59.746,7	38,6	158,8
PB	814.623	11.231,3	7.920,5	54,2	0,0	128,7	13.212,2	32.546,9	40,0	181,9
PE	1.579.456	16.182,9	10.939,6	156,6	0,0	604,5	33.008,7	60.892,4	38,6	168,9
PI	723.848	10.134,9	6.081,4	27,0	2.358,0	135,0	5.638,7	24.375,1	33,7	157,7
PR	1.573.083	6.761,9	16.713,7	2.270,1	0,0	4.513,8	85.566,4	115.825,9	73,6	265,4
RJ	2.008.289	3.582,9	7.447,4	1.254,2	0,0	2.625,7	121.615,1	136.525,1	68,0	328,9
RN	594.181	9.798,3	6.070,5	66,7	0,0	161,8	9.974,7	26.072,1	43,9	208,8
RO	301.839	6.603,4	2.215,7	31,2	0,0	111,6	5.824,8	14.786,8	49,0	239,8
RR	78.462	5.817,9	971,6	1,1	0,0	17,1	2.274,4	9.082,1	115,8	494,9
RS	1.596.324	5.522,7	16.615,7	4.102,5	0,0	4.496,2	109.803,8	140.541,0	88,0	348,7
SC	908.259	3.001,5	9.641,1	2.382,3	0,0	1.607,8	45.965,7	62.598,4	68,9	309,4
SE	395.309	9.745,3	3.541,3	17,5	0,0	112,1	7.141,6	20.557,9	52,0	245,7
SP	5.486.865	2.345,3	31.955,5	4.901,4	0,0	13.880,3	462.772,1	515.854,6	94,0	414,9
TO	323.383	10.178,5	3.736,1	4,1	0,0	35,2	3.850,0	17.803,9	55,1	255,6
Total	32.591.935	234.527,8	243.402,3	24.503,0	34.307,4	44.644,5	1.271.012,1	1.852.397,0	56,8	251,8

Fonte: SIAFI - (1) Número de matrículas, conforme Portaria MEC nº 2.188, de 28.12.2000 (DOU de 29.12.2000). (2) Não há informação de distribuição da parcela do ICMS neste mês. (3) Valores de Estados e Municípios (4) A parcela da complementação da União destinada ao estado da Paraíba, conforme Portaria MF nº 27/01 de 30.01.01 não foi creditada por falta de dotação orçamentária específica para a finalidade.

Obs: Total do estado x coeficiente individual de participação divulgado pelo MEC = valor da cota de cada beneficiário.